

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/02/2013 a 28/02/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Comitiva japonesa destaca importância da Conab no cenário internacional – Site da CONAB. 01/02/2013	4
‘Na OMC, não serei mais o embaixador do Brasil’, diz Azevedo – O Estado de S. Paulo. 01/02/2013.....	4
Brasileiro é destaque na apresentação de candidatos à OMC. Assis Moreira – Valor Econômico. 01/02/2013	6
Índia já é o 2º maior destino, entre os Brics, das vendas do Brasil. Rodrigo Pedrosa – Valor Econômico. 01/02/2013	7
Brics permanecem sem novas cotas no FMI. Assis Moreira – Valor Econômico. 01/02/2013.....	10
Candidato do Brasil à direção da OMC se afasta de posição do país. Isabel Fleck – Folha de São Paulo. 01/02/2013	11
Um brasileiro na OMC, para que, afinal? Sergio Leo – Valor Econômico. 02/02/2013	12
Desafios do novo diretor-geral da OMC. Umberto Celli Jr – Valor Econômico. 02/02/2013.....	14
Governo da Rússia manda representantes ao Brasil para conhecer cadastro rural – Site do MMA. 05/02/2013	16
Agrária planeja instalar fábricas no Paraguai e em MS. Carine Ferreira – Valor Econômico. 05/02/2013	16
Governo atende pleito da CNA e renova medidas antidumping para importação de leite da União Europeia e Nova Zelândia – Site da CNA. 06/02/2013	17
Brasil e EUA querem evitar compromisso de corte de gastos no G-20. Assis Moreira – Valor Econômico. 06/02/2013	18
Multinacionais na nova ordem global. Frederico Fleury Curado – O Estado de S. Paulo. 07/02/2013.....	20
China acusa Brasil de prática desleal no comércio. Raquel Landim. O Estado de S. Paulo. 07/02/2013	21
Dois coelhos do comércio mundial. Taeho Bark – Valor Econômico. 07/02/2013	23
Pós-Davos e o mundo não acabou – Folha de São Paulo. 07/02/2013	25
Davos e o mundo do “G Zero”. Joseph Stiglitz – O Estado de S.Paulo. 08/02/2013.....	26
Revolução no comércio internacional. Rubens Barbosa - O Estado de S.Paulo. 12/02/2013.....	28
G-20 debaterá reforma de cotas do FMI. Assis Moreira – Valor Econômico. 13/02/2013.....	30
Mineradoras reavaliam planos na África. John W. Miller, Devon Maylie e Alex MacDonald The Wall Street Journal – Valor Econômico. 13/02/2013	31
Brasil fecha só 3 acordos de comércio em 20 anos. Raquel Landim - O Estado de S.Paulo. 16/02/2013	33
Para governo, país será prejudicado por acordo entre EUA e EU. Renata Agostini – Folha de São Paulo. 16/02/2013	34

G20 afirma que crescimento global ainda é 'muito fraco' – Folha de São Paulo. 17/02/2013.....	35
Comitiva de El Salvador conhece programas do MDS – Site do MDS. 18/02/2013	35
Pepe Vargas e vice-presidente do Zimbábue debatem cooperação entre países – Site do MDA. 18/02/2013	36
Mais Alimentos apoia venda de tratores a Cuba. Carine Ferreira – Valor Econômico. 18/02/2013.....	37
AGCO deve inaugurar primeira fábrica na África neste semestre. Carine Ferreira – Valor Econômico. 21/02/2013	38
Brasil quer conter presença chinesa na África. Fernando Exman – Valor Econômico. 20/02/2013.....	39
OMC investigará protecionismo no Brasil. Jamil Chade – O Estado de S. Paulo. 21/02/2013.....	41
O acordo EUA-UE é mais do que comércio. Sergio Amaral – O Estado de São Paulo. 22/02/2013.....	42
Países africanos querem a criação de fundo em que Brasil seria o maior investidor. Lisandra Paraguassu - O Estado de S.Paulo. 22/02/2013	44
O Brasil visto pelo G-20. Editorial - O Estado de S.Paulo. 23/02/2013.....	45
Aliança do Pacífico se fortalece e Mercosul fica à sua sombra. Eliane Oliveira – O Globo. 24/02/2013	47
Os acordos que o Brasil pode perder. Sergio Leo – Valor Econômico. 25/02/2013.....	48
Nigéria quer ajuda do Brasil para executar obras de infraestrutura. Fernando Exman – Valor Econômico. 25/02/2013	50
O autismo da política de comércio exterior – O Globo. 26/02/2013.....	51
Asiáticas miram mercado de tratores no Brasil. Carine Ferreira – Valor Econômico. 27/02/2013.....	52
Organismos internacionais firmam acordo para apoiar a agricultura familiar no Mercosul – Site do MDA. 28/02/2013.....	53

Comitiva japonesa destaca importância da Conab no cenário internacional – Site da CONAB. 01/02/2013

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) recebeu ontem (31/01) a visita de mais uma delegação de empresários japoneses. O grupo veio conhecer a metodologia utilizada pela companhia no levantamento de safras no Brasil. Esse tipo de missão costuma ocorrer de uma a duas vezes ao ano.

Os técnicos da estatal apresentaram os principais dados relativos à produção, área, início do plantio e colheita, além de informações de mercado. Entre os produtos apresentados estão a soja, milho e a carne. Durante a visita, os japoneses reafirmaram a relevância da Conab no contexto internacional e a compararam em importância estratégica ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Um dos motivos da visita da comitiva nipônica ao país é o fato de a seca nos Estados Unidos ameaçar o suprimento internacional de grãos e o Brasil ser um grande produtor, ocupando assim uma posição estratégica no cenário externo. Os japoneses aproveitaram a viagem para conhecer plantios no Mato Grosso.

‘Na OMC, não serei mais o embaixador do Brasil’, diz Azevedo – O Estado de S. Paulo. 01/02/2013

Em sabatina, candidato desvia de temas polêmicos envolvendo o País, entre eles câmbio e protecionismo

Num esforço para ganhar votos e superar o mal-estar deixado pelo Brasil com alguns de seus sócios por conta das barreiras adotadas, o brasileiro Roberto Azevedo, candidato ao cargo de direção da Organização Mundial do Comércio (OMC), se distancia dos temas mais polêmicos da política comercial brasileira e garante que, se eleito, defenderá o interesse de todos os países.

Nesta quinta-feira, o embaixador Azevedo foi sabatinado na entidade, em uma sessão em que foi questionado sobre diversos assuntos. A escolha só ocorrerá em maio. Mas os nove candidatos ao posto sabem que um deslize em Genebra significaria a perda de pontos na corrida.

Azevedo foi questionado pela Coreia sobre protecionismo, mas iniciou sua intervenção esclarecendo que, depois de 17 anos na OMC representando o Brasil, finalmente falaria em nome próprio. "Esta é a primeira vez que, nesse prédio, vou compartilhar minha visão pessoal sobre essa organização, sobre o sistema comercial e sobre onde estamos hoje", disse aos demais embaixadores.

A estratégia não ocorre por acaso. Nos últimos meses, o aumento de barreiras comerciais no Brasil deixou dezenas de parceiros comerciais irritados, a ponto de a Casa Branca enviar uma carta ameaçando retaliar.

O Brasil também irritou muitos membros com a insistência de trazer para a agenda da OMC a questão do câmbio, com a criação de um mecanismo que autorizaria a elevação de tarifas. Para a maioria dos países, isso não passaria de uma forma de o Brasil justificar barreiras. Azevedo deixou claro, agora, que não partirá dele a introdução do assunto na agenda da OMC, se eventualmente for eleito.

Para o embaixador brasileiro, a OMC vive um momento crítico. "O sistema precisa ser renovado ou será incapaz de lidar com as demandas de um mundo em mudança", alertou. Em sua visão, se a Rodada Doha não for concluída, a OMC continuará "fora do radar" do mundo. "Nenhum marketing vai mudar essa realidade. Vamos precisar de um diretor que trabalhe, arregasse a manga e enfrente a situação. Será uma tarefa herculana. Mas precisa ser feita."

Ele também mandou seu recado aos países em desenvolvimento. "O comércio não é o objetivo da OMC. Mas um instrumento para desenvolvimento." Ao final da sabatina, Azevedo falou ao **Estado**. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Depois de 12 anos de uma negociação sem resultado, a Rodada Doha ainda tem alguma relevância para a economia mundial?

Sim, não tenho nenhuma dúvida disso. Tinha avanços muito importantes previstos na Rodada, em vários setores. Eles são significativos até hoje. Se a Rodada for concluída de maneira positiva, teremos ganhos tanto em acesso a mercados como em disciplinas do comércio. E tudo isso tem um valor econômico muito importante.

Mas há a impressão de que o mundo já deu um passo adiante. O que pode ocorrer com a OMC se o projeto fracassar?

A OMC tem a obrigação de tentar concluir a negociação. O sistema está paralisado. É claro que a OMC é maior que a Rodada. Mas a realidade é que a Rodada emperra o sistema. Então, eu não vejo alternativa que não seja pela Rodada. Podemos tentar algum acordo aqui ou ali, mas a OMC precisa contornar o impasse que vive hoje.

A Coreia o questionou sobre o protecionismo. Qual o risco que isso representa para a economia internacional?

O protecionismo é uma ameaça sempre presente. Países vivem ciclos econômicos diferentes, com momentos mais liberalizantes e outros menos liberalizantes. O que eu disse é que a melhor proteção contra o protecionismo é o próprio sistema multilateral, que estabelece limites para o espaço de política pública que os países podem adotar. A melhor maneira de se evitar um recrudescimento das condições de abertura de mercado é fortalecer o sistema multilateral, negociando. E, para isso, precisamos sair do impasse.

O Brasil tem sido fortemente criticado nos últimos meses por alguns dos parceiros comerciais. A posição do Brasil, adotando medidas protecionistas, pode atrapalhar sua candidatura?

Em primeiro lugar, o governo jamais aceitou e nunca admitiu que estivesse adotando medidas protecionistas. Você pode ou não concordar com essa situação. O governo brasileiro entende que está tomando medidas que são necessárias diante das

circunstâncias econômicas que se vive, inclusive à luz da taxa cambial anormal. Em segundo lugar, se eleito diretor da OMC, eu não sou mais embaixador do Brasil. Aí quem terá de defender a agenda brasileira e as medidas brasileiras será o novo embaixador do Brasil. Eu estarei usando um outro chapéu e estarei defendendo os interesses dos membros da OMC e os interesses da instituição.

Nos últimos dois anos, um dos temas que o sr. tratou foi a introdução do câmbio na agenda da OMC. Como diretor, o sr. acredita que o tema ainda terá espaço, depois de ter tantas críticas?

São os governos que precisam definir isso. O diretor não tem que decidir o que os membros devem ou não falar. Não é uma decisão do diretor. Se alguém quiser introduzir um tema, seja energia, segurança alimentar, ele tem de convencer os demais que o tema deve ser discutido. O diretor-geral que quiser ditar a agenda da OMC perde o emprego rapidamente.

Entre os nove candidatos, três são latino-americanos. Por que Brasil não se comprometeu em apoiar apenas a América Latina, se por acaso o sr. for eliminado?

A posição do governo foi uma posição sistêmica e coerente com práticas de organismos internacionais. Há uma alternância entre desenvolvidos e em desenvolvimento. Outro conceito é a rotatividade geográfica. Como já houve um asiático na OMC, seria a vez de um latino-americano ou africano.

Brasileiro é destaque na apresentação de candidatos à OMC. Assis Moreira – Valor Econômico. 01/02/2013

Encerrada a fase de apresentação dos nove candidatos para substituir Pascal Lamy na direção-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), dois ou três candidatos se destacaram, na percepção de vários negociadores em Genebra. Os candidatos da Nova Zelândia, Tim Groser, e do Brasil, Roberto Azevedo, são apontados como os que tiveram melhor desempenho diante dos 158 países membros. Alguns delegados incluem a candidata da Costa Rica, Anabel Gonzalez, que teria ido melhor do que se esperava.

A apresentação dos candidatos na OMC é um processo necessário, mas não decisivo. Se acertou no desempenho, se mantém no páreo. Se errou, pode perder algum apoio. Mas a decisão de cada país sobre quem vai apoiar será tomada nas capitais, no jogo de barganhas e consultas com os parceiros

A diferença é que Tim Groser, de país desenvolvido e que já comandou a OMC, pode ter pouca chance de prosperar, a não ser que os países desenvolvidos queiram comprar uma enorme briga com países em desenvolvimento, que consideram ser a vez de um de seus candidatos.

Para Azevedo, muito agora dependerá da movimentação de Brasília, dos contatos diretos da presidente Dilma Rousseff com outros presidentes em busca de apoio. Curiosamente, muitas delegações mencionam telefonemas recebidos, mas nenhum fala de chamada do Palácio do Planalto.

Nas apresentações, nenhum dos nove candidatos correu grande risco. Mas, dependendo de quem se ouvia, os comentários eram de que alguns candidatos teriam chocado seus próprios apoiadores, sobretudo os de Gana e Quênia, aparentemente mais interessados em tranquilizar os países desenvolvidos.

Houve repetição de muita banalidade sobre o papel da OMC, o que cada um acha que pode fazer etc. A falta de humildade também parece ter atacado os candidatos. Tudo é usado para carregar a favor ou contra o favorito.

Pelo que se deduz das percepções, no grupo do meio aparecem três candidatos.

O mexicano Herminio Blanco deixou poucas lembranças. Na verdade, a impressão que ele dá é de até poder ser um bom negociador para o México, o que é diferente de ser um mediador para acordos. O candidato da Coreia do Sul, o ministro de Comércio, Taeho Barq, não deu má impressão. Mas dificilmente terá apoios importantes, na opinião de alguns participantes. A candidata da Indonésia, Mari Pangestu, apareceu adoentada, insistiu que atrás de seu sorriso pode ser dura e tampouco surpreendeu muito.

No último grupo estão os candidatos de Gana, Jordânia e Quênia. O ganense Alan John Kwadwo Kyerematen é, porém, o favorito na casa de aposta eletrônica Paddy Power, em Londres.

Os candidatos terão agora fevereiro e março para fazer campanha. Enquanto isso, em Genebra os embaixadores decidirão quais as regras que serão utilizadas para as consultas a serem feitas aos países a respeito dos candidatos.

Assim, provavelmente só em abril começará a série de consultas aos países. A expectativa é de que inicialmente haverá a eliminação de dois ou três candidatos, pelo menos. Se não houver uma guerra, como já ocorreu no passado, com candidato recusando a sair do páreo, no fim de abril a OMC terá escolhido seu novo diretor-geral.

Índia já é o 2º maior destino, entre os Brics, das vendas do Brasil. Rodrigo Pedrosa – Valor Econômico. 01/02/2013

Mais aberta ao petróleo e açúcar brasileiro, a Índia passou a Rússia como o segundo país de maior destino das exportações nacionais entre os Brics, grupo que inclui ainda a China e a África do Sul, indicando uma perspectiva de crescente importância dos dois parceiros menos tradicionais do bloco para o comércio exterior brasileiro. A África do Sul, que dos quatro Brics é o que tem a menor corrente comercial com o Brasil, rendeu quase US\$ 1 bilhão ao saldo da balança comercial brasileira no ano passado. Contudo, enquanto indianos e sul-africanos trouxeram bons resultados, o superávit com chineses e russos diminuiu.

Em 2012, o Brasil exportou à Índia US\$ 5,6 bilhões - crescimento de 75% em relação a 2011 - fazendo com que o déficit de mais de US\$ 2 bilhões na balança comercial com o país verificado em 2011 se transformasse em superávit de US\$ 534 milhões. Já os russos compraram 26% a menos (US\$ 3,1 bilhões) dos produtores brasileiros e mantiveram as vendas em US\$ 2,8 bilhões. As contas foram feitas com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Petróleo puxa o carro

Venda de petróleo e compra de combustíveis lidera com

Exportação

Petróleo	3.431
Açúcar	500
Minério de ferro	407
Gordura animal	366
Ferro e aço	235
Aeronaves	183
Aparelhos mecânicos	103
Sal e enxofre	48

A China segue como o país de maior peso. Mesmo com queda de 39%, o superávit com os chineses representou mais de três quartos do resultado do comércio com os Brics no ano passado, que foi positivo em US\$ 8,7 bilhões. Com a África do Sul, o saldo positivo de quase US\$ 1 bilhão foi alcançado com um crescimento de 19% no superávit. O resultado ajudou a fazer com que o grupo como um todo tivesse bom desempenho para o Brasil frente ao resto do mundo. Enquanto o saldo positivo com os Brics encolheu 18% no ano passado frente a 2011, o superávit da balança comercial como um todo retrocedeu 34,8%.

Com a urbanização em marcha, a Índia, que ainda tem cerca de 72% de sua população de mais de 1,2 bilhão de habitantes vivendo na zona rural, é o próximo mercado gigante a florescer, na esteira do que aconteceu com a China. Como a Rússia tem a curva demográfica estagnada, população já predominantemente urbana e políticas comerciais mais instáveis, as perspectivas são de uma demanda indiana muito maior por bens e alimentos na próxima década. Na visão de analistas, as empresas brasileiras devem entrar o quanto antes em território indiano para pegar carona nesse crescimento.

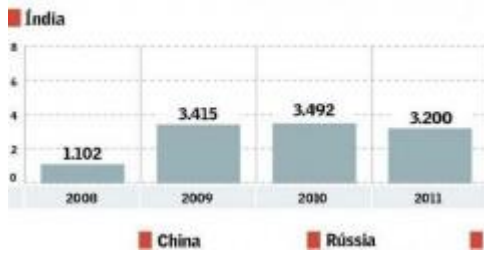
Para Fabio Silveira, da RC Consultores, o Brasil tem espaço para fornecer bens de consumo não duráveis, como alimentos e commodities agrícolas, produtos onde os brasileiros são competitivos no mercado internacional. O resultado positivo com os indianos em 2012 se deveu pelos US\$ 500 milhões em vendas de açúcar, montante que quadruplicou em relação ao ano anterior, e pelos US\$ 3,4 bilhões em vendas de petróleo. Em 2011, o Brasil vendeu a metade disso para os indianos. Cinco anos atrás, o total das exportações à Índia não passou de US\$ 1,2 bilhão.

"O açúcar é mais sazonal, pois a Índia é o maior produtor do mundo. Mas os derivados de petróleo mostram a crescente demanda deles por energia, que também acontecerá na área de alimentos. Mesmo sendo uma sociedade mais estratificada, a Índia experimenta aumento em todas as classes, pois o crescimento tem sido vigoroso", diz Silveira.

A Rússia, por sua vez, adota política mais incerta, como na recente paralisação de importação de carne suína do Brasil. Como resultado, as carnes congeladas brasileiras, carro-chefe da exportação ao país presidido por Vladimir Putin, estagnaram no ano passado em US\$ 1,5 bilhão, valor igual ao do ano anterior. Se para a Índia houve aumento na remessa de açúcar, os russos fecharam o mercado, comprando menos da metade dos US\$ 1,8 bilhão registrados em 2011.

Ascensão indiana

Exportações brasileiras à Índia quintuplicaram em cinco anos



"Embora a Rússia não produza uma série de produtos de que seu mercado interno precisa, esse vácuo é abastecido atualmente pelos europeus, que estão mais perto e são mais competitivos. Além disso, há paralelismo entre as economias brasileira e russa. A produção nossa compete com a deles, não temos muita complementaridade", afirma José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Um olhar mais distante também mostra estagnação nas exportações aos russos. Cinco anos atrás, as vendas brasileiras ao país renderam US\$ 3,7 bilhões à balança. No mesmo período, as importações saltaram. Em 2008, elas foram de US\$ 1,7 bilhão. Em 2012, somaram US\$ 2,8 bilhões.

Criada por iniciativa dos asiáticos em 2006, a Câmara de Comércio Brasil-Índia conta que até aquele ano o comércio bilateral se restringia a poucos setores. A aproximação entre os dois países poderia estar mais solidificada não fosse a estagnação provocada pela crise em 2008, de acordo com Roberto Paranhos do Rio Branco, presidente da entidade. A previsão era que os US\$ 10 bilhões em corrente comercial atingidos ano passado fossem ultrapassados em 2011. Há cinco anos, a corrente era de pouco mais de US\$ 3 bilhões.

Desde o ano passado, segundo Rio Branco, os ministérios de Comércio Exterior dos dois países reúnem-se semestralmente para discutir retiradas de entraves e alíquotas às importações. O movimento recentemente ganhou a adesão de empresas, que também entram na discussão para propor alterações e facilitar o comércio. "A Índia protege a soja dela em função dos produtores locais, mas não coloca obstáculos à importação de óleo de soja. O Brasil pode explorar mais esse nicho, por exemplo", afirma o presidente da câmara.

Outro setor em que o Brasil se mexe para entrar de forma consistente no mercado indiano é o de frango congelado. Em 2012, o governo local baixou a alíquota de importação de 100% para 60% do preço do produto. Contudo, a perspectiva futura é mais atraente. Atualmente, conta Rio Branco, 95% do frango consumido na Índia é fresco e vendido em pequenos mercados. A tendência futura é que os congelados ganhem esse espaço, fazendo a Índia abrir mais o mercado.

No entanto, a avaliação do comércio bilateral para o curto e médio prazo é de manutenção do atual ritmo de crescimento sem muita diversificação da pauta, segundo Rio Branco. "Eles vão seguir demandando muito petróleo e açúcar, pois ainda não conseguiram aumentar a produção para ter abastecimento pleno."

Brics permanecem sem novas cotas no FMI. Assis Moreira – Valor Econômico. 01/02/2013

Em junho do ano passado, os cinco países que formam os Brics - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - anunciaram que contribuiriam com US\$ 75 bilhões para reforçar o caixa do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a chamada muralha anti-crise. Mas os líderes dos emergentes condicionaram a liberação do dinheiro a que todas as reformas acertadas no G-20, em 2010, fossem implementadas no tempo previsto, para lhes dar mais poder de decisão na instituição monetária mais importante do mundo e refletir a nova realidade econômica global.

Desde então, as duas reformas prometidas fracassaram. Ontem, por causa da resistência dos europeus, o FMI constatou o fiasco na tentativa de completar a revisão da fórmula de cotas para redistribuir o poder de decisão a partir de 2014. Desde 2011, a reforma estava praticamente bloqueada. Em reunião na quarta, a diretoria-executiva do FMI só conseguiu aprovar um documento com vagas orientações futuras. A tentativa agora é para a revisão da fórmula estar pronta antes da próxima reforma geral de cotas, programada para até janeiro de 2014. Mas as dúvidas se acumulam sobre isso.

Em outubro passado, por falta de ratificação pelo Congresso dos EUA, não pôde entrar em vigor a reforma de 2010 aumentando as cotas para os emergentes. Por ela, o Brasil passará a estar entre os dez maiores em cotas e poder de voto no Fundo. E as cadeiras dos países que formam os Brics juntas representarão 15,47% e passarão a deter direito de veto nas principais decisões se atuarem de forma coordenada. Mas vão ter de esperar.

Nesse cenário, o dinheiro anunciado pelos Brics para o FMI tende a demorar. Somente a China assinou o contrato com o Fundo, mas não colocou à disposição os US\$ 43 bilhões prometidos. Brasil, Rússia e Índia, cada um com US\$ 10 bilhões, sequer concluíram as negociações dos contratos, assim como a África do Sul, que ofereceu US\$ 2 bilhões.

Ilustrando a impaciência dos emergentes, o diretor-executivo para Brasil e outros dez países na diretoria do Fundo, Paulo Nogueira Batista Júnior, voltou a advertir que países subrepresentados no FMI podem se distanciar da instituição caso a reforma permaneça bloqueada ou ocorra em ritmo lento demais. "Eles [emergentes] vão continuar a se apoiar na segurança dada por suas próprias reservas internacionais e intensificar esforços para contribuir e reformar acordos regionais e outros acordos financeiros", afirmou Nogueira Batista, que diz opinar em caráter pessoal.

A briga no FMI parece perdida em complexidades técnicas, mas é essencialmente política, sobre a repartição de poder para refletir a mudança na economia global. E deve ser tema da reunião dos líderes dos Brics em março, na África do Sul. No caso da reforma das quotas de 2010, pode entrar em vigor desde que o Congresso dos EUA a ratifique. Mas o confronto entre a Casa Branca e o Congresso e uma agenda carregada com o limite da dívida americana e questões fiscais tumultuam o processo.

Quanto à revisão da fórmula das cotas, a dificuldade é causada pela obstrução do bloco europeu, que perderá poder em favor de emergentes. Os europeus divergem muito entre si, mas no âmbito do G-20 e no FMI sabem somar forças. A coordenação mais estreita que existe no FMI e no G 20 é entre os europeus, segundo Nogueira Batista. Para ele, o problema fundamental na governança do FMI é a "evidente super-representação da

Europa". Aponta, primeiro, uma grande diferença entre o peso da Europa no poder de voto no FMI e seu peso na economia mundial. A parte da União Europeia no PIB global, medido em PPC (Paridade de Poder de Compra), é de 20% e está caindo. Em contrapartida, os membros da UE tem quase um terço do poder de voto no Fundo.

Além disso, nota que a Europa tem número desproporcional de cadeiras (8 das 24) no conselho-executivo do Comitê Financeiro e Monetário Internacional (IMFC, na sigla em inglês). Chega a nove, quando a Espanha junta seu poder de voto com México e Venezuela. Recentes mudanças anunciadas nas cadeiras na Europa são "cosméticas", já que basicamente melhora a posição de emergentes membros da UE, como República Checa, Polônia e Hungria. Para completar, a Europa mantém a posição de diretor-geral do FMI, com a francesa Cristine Lagarde.

Aplicando a atual fórmula, as quotas e poder de voto de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul deveriam diminuir. Todos os países Brics, com exceção da China, estão super-representados.

Para o futuro, o staff do Fundo sugeriu uma fórmula que dá peso a novas variáveis, como abertura financeira e contribuição financeira para o Fundo. Vários países reclamam de lacunas, com a proposta produzindo resultados que não refletem suas posições relativas na economia global, incluindo a crescente importância dos emergentes e dos países em desenvolvimento.

O Brasil defende que a fórmula seja baseada numa mistura de variáveis do PIB, com maior peso para a Paridade de Poder de Compra. A futura quota (2,316%) e poder de voto (2,218%) pela reforma de 2010, quando implementada, ainda ficarão bem abaixo da participação média do Brasil no PIB mundial (2,654%) no período de referência 2006-2008. Para os brasileiros, se o PIB passar a receber maior peso na fórmula, como o país defende, o Brasil ganhará novos aumentos relativos de quotas na próxima revisão em janeiro de 2014. A diretoria do FMI aponta apoio considerável para manter as reservas internacionais com seu peso atual.

Candidato do Brasil à direção da OMC se afasta de posição do país. Isabel Fleck – Folha de São Paulo. 01/02/2013

Política comercial tida como protecionista pode atrapalhar Azevêdo

Tanto na sua apresentação ao Conselho-Geral da OMC (Organização Mundial do Comércio) quanto na entrevista coletiva que a seguiu, o candidato do Brasil à direção-geral do organismo, embaixador Roberto Azevêdo, fez questão de marcar sua distância da posição brasileira sobre temas de comércio.

Tida como protecionista, a política comercial do Brasil pode ser uma pedra no sapato do candidato -representante do país na OMC desde 2008- na disputa à liderança da entidade voltada para a liberalização do comércio.

"Agora sou candidato. Fiz questão de que eles soubessem que estou aqui expressando minhas opiniões, e não as do governo brasileiro. É importante que isso fique bem claro desde o começo", disse, em entrevista transmitida via internet, de Genebra.

O brasileiro voltou a criticar a paralisia na área de negociações da OMC e disse que, "a não ser que a OMC volte a apresentar resultados", continuará "fora do radar".

Para Azevêdo, o grande desafio do próximo diretor-geral será destravar a rodada Doha (de liberalização do comércio) -e que, para isso, é preciso "um novo olhar".

"Se você fizer as coisas da mesma maneira, a chance de avançar é zero. Tem que fazer diferente. Como? Eu não sei", reconheceu. "Mas muitas vezes, quando ajudei a destravar impasses, também não sabia."

Azevêdo disputa o posto com outros oito candidatos -dois deles latino-americanos. O mexicano Herminio Blanco já sugeriu que os nomes da região se unam para fortalecer a candidatura do "melhor".

O Brasil, porém, parece pouco disposto a unir forças com os latinos. Ontem, Azevêdo desconversou sobre a ideia: "O Brasil deixou claro que apoia um novo diretor-geral de um país em desenvolvimento", disse, incluindo os africanos entre a preferência.

Na última semana, o Brasil enviou um alto diplomata à cúpula da União Africana, na Etiópia, com cartas a mais de 20 países pedindo apoio a Azevêdo. A ideia é que o brasileiro seja a segunda opção desses países, que devem apoiar, primeiro, Gana ou Quênia.

Um brasileiro na OMC, para que, afinal? Sergio Leo – Valor Econômico. 02/02/2013

Quem se pergunta qual a importância, para o Brasil, de um candidato do país à direção-geral da Organização Mundial do Comércio deveria refletir sobre outra pergunta, mais relevante: qual a importância da OMC para o Brasil? É a resposta para essa indagação que justifica o lançamento do diplomata Roberto Azevedo como candidato ao comando dessa instituição multilateral. É também essa questão que permite situar mais corretamente certas críticas fora de foco à estratégia de negociação comercial adotada nos últimos anos pelo Brasil.

É frequente e equivocada a comparação entre o Brasil e países como Chile e México, os brasileiros atrelados ao Mercosul, com uma rede medíocre de acordos de livre comércio, e os outros dois (com Colômbia, Peru e outros) ligados a uma rede em expansão de acordos de redução de barreiras comerciais. O primeiro equívoco é atribuir a falta de acordos exclusivamente ao governo e à suposta influência do "lulopetismo" na estratégia comercial, como se não fosse o influente setor privado brasileiro um dos maiores opositores, no passado e mais ainda agora, à derrubada de tarifas e barreiras que orienta toda negociação de comércio.

O exemplo mais conhecido do bloqueio do setor privado às negociações comerciais é o acordo com o Conselho de Cooperação do Golfo, clube dos ricos países árabes que chegou a concluir um acordo com o Mercosul, detonado, à última hora, pela pressão da indústria petroquímica brasileira. Sem acordo, os árabes importaram, nos dois últimos anos, mais de US\$ 7,6 bilhões anuais do Brasil, cerca de um terço disso em produtos industrializados. Para o lulopetismo, o acordo era querido por motivos políticos e

econômicos, ao servir de contraparte ao acordo firmado com Israel e abrir espaço em um vigoroso mercado emergente. O empresariado brasileiro não teve o mesmo ânimo.

Azevedo se apoia na experiência com as manhas de Genebra

Enquanto o Chile sustenta sua economia com exportações sobretudo de produtos primários como cobre e pescado, e o México optou por vincular-se solidamente a segmentos de menor agregação de valor da cadeia produtiva dos EUA, o Brasil tem diferente estrutura industrial e distintos recursos naturais.

Grande produtor de commodities agropecuárias, que somam algo próximo a 30% do total das exportações nacionais, o Brasil tem entre as principais barreiras a suas vendas externas os programas de subsídios agrícolas dos países desenvolvidos e a aplicação discricionária de barreiras técnicas - dois temas de difícil solução fora de negociações multilaterais como a Rodada Doha, da OMC. Em geral, são baixas as barreiras nos principais mercados a exportações de manufaturados - a valorização do real faz mais estrago, nesses casos, do que qualquer benefício com corte de tarifas de importação.

A situação singular do Brasil não deve servir de pretexto para se abandonar o esforço por acordos comerciais, mas justifica a prioridade conferida às negociações abrangentes da OMC. A existência de regras multilaterais de proteção ao livre comércio interessa não só aos produtores como aos consumidores brasileiros. São elas que moderam os apetites protecionistas domésticos, e impõem limites e racionalidade a medidas governamentais voltadas ao fechamento do mercado. Um país de comércio diversificado como o Brasil se beneficia dessas regras, mesmo quando não derrota totalmente o protecionismo, como ficou evidente no caso, vencido pela diplomacia brasileira, contra os subsídios americanos aos produtores locais de algodão.

A candidatura de Roberto Azevedo está nesse contexto: seu discurso e a base da difícil campanha brasileira à direção da OMC se apoiam na necessidade de dar novo fôlego ao sistema multilateral de comércio. Ao defender a própria candidatura para os membros da OMC, em Genebra, na semana passada, Azevedo tentou provar que sua experiência nas negociações - respeitada e elogiada até por adversários em disputas duras, como os EUA - permitirá a ele conduzir pragmaticamente e eficientemente os novos capítulos da novela comercial multilateral.

Não basta entender de comércio e ter experiência internacional, argumentou o diplomata. É preciso conhecer a OMC por dentro, saber a história de cada negociação, evitar a repetição de impasses antigos, saber se uma bronca resulta de problemas reais dos governos ou de idiossincrasias de algum negociador.

Se falasse a brasileiros, Azevedo poderia ter dito que, para tirar o sistema multilateral de comércio do impasse, é preciso não só resgatar jabutis das árvores, mas saber quem e o que os colocou lá em cima. Ele, como nenhum dos outros candidatos, pode fazer isso, por experiência própria com os quelônios aéreos e os arbustos espinhosos do nº 154 da rue de Lausanne, em Genebra, sede da organização.

A disputa pela direção da OMC ocorre às vésperas de uma nova reunião ministerial para salvar a Rodada Doha, e, como deixou claro o atual diretor-geral, Pascal Lamy, no Fórum Econômico de Davos, está se formando um consenso para deixar de lado, pelo

menos por enquanto, as grandes ambições de mudanças nas regras de comércio agrícola e concentrar a negociação em um tema menos charmoso, mas importante, a "facilitação de comércio" - remoção de burocracia, obstáculos de infraestrutura e ineficiências no trânsito de mercadorias, especialmente nas alfândegas.

A facilitação comércio trará ao mundo metade dos benefícios que se esperava com a rodada, garantiu Lamy, em Davos. Há controvérsias. O Brasil não quer que Bali seja um ponto final da rodada, e insiste em incluir, pelo menos, temas como regulamentação mais clara para cotas de importação e apoio aos países mais pobres, para atender às novas exigências multilaterais.

Azevedo defende o próprio nome como o mais adequado, com maior experiência, para conduzir essa reunião ministerial, em Bali, de forma a revigorar as regras multilaterais de comércio. Quanto mais fracas essas regras, mais dependente o mundo fica da lei dos mais fortes. O brasileiro não exagera ao falar da própria capacidade. A dúvida é se seus potenciais eleitores estão, de fato, interessados nesse projeto.

Desafios do novo diretor-geral da OMC. Umberto Celli Jr – Valor Econômico. 02/02/2013

Como noticiado nas últimas semanas, será escolhido em breve o novo diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) que deverá tomar posse em setembro. O processo de seleção já teve início e nove candidatos foram indicados por diferentes países, entre eles o Brasil, que aposta suas fichas no atual chefe da missão brasileira na OMC em Genebra, Roberto Azevedo. Os desafios do sucessor de Pascal Lamy serão enormes, a começar das dificuldades para o encerramento da Rodada Doha, cujas negociações se arrastam há mais de dez anos. Outro aspecto que também deverá merecer especial atenção diz respeito aos efeitos da proliferação sem precedentes de acordos preferenciais de comércio regionais, subregionais, interregionais e, em especial, os bilaterais. O ceticismo de vários governos de seus países membros e do setor privado quanto às condições da organização de reordenar o sistema multilateral de comércio também não deverá ser desprezado.

Atualmente, são poucos os países que ainda não fazem parte de acordos preferenciais de comércio. Com o impasse nas negociações da Rodada Doha, a alternativa das principais economias do mundo, como Estados Unidos, União Europeia e China, foi buscar a celebração desses acordos como forma de consolidar e ter acesso a novos mercados.

E as regras de defesa comercial que visam proteger a indústria nacional? O conceito de produto nacional ficará mais fluido. Essas questões não poderão passar despercebidas em qualquer processo de atualização de regras que venha a ser realizado pela OMC.

O receio de boa parte de países desenvolvidos, de economias em transição e em desenvolvimento de perderem espaço em suas exportações levou-os a aderir a esses acordos. Informações constantes da página eletrônica da OMC dão conta de que há mais de 300 acordos preferenciais em vigor e muitos outros em negociação.

Os acordos preferenciais de comércio de última geração não mais possuem como objetivo primordial a liberalização do comércio via redução de barreiras tarifárias. Eles se transformaram em novos centros de regulação do comércio global. Sua proliferação resultou na criação de regimes normativos diferenciados que, apesar de reproduzirem regras básicas da OMC, contêm outras que tornam mais rígidas as disposições relativas à propriedade intelectual e imprimem em alguns casos um viés mais liberalizante às negociações sobre o comércio de serviços. Tratam ainda de áreas não abrangidas pela OMC, tais como regras de promoção e proteção de investimentos estrangeiros, concorrência (antitruste e formação de cartéis), meio ambiente, mudança climática e padrões trabalhistas.

As regras desses numerosos acordos conflitam e se sobrepõem às da OMC, o que tem colocado em xeque o status dessa organização internacional de autoridade máxima do sistema de governança global do comércio. Aliás, ocorrem sobreposições e conflitos entre as regras dos próprios acordos preferenciais de comércio. Regras de origem, procedimentos aduaneiros, padrões técnicos, mecanismos de solução de controvérsias, entre outros itens, poderão ser distintos ou contraditórios dependendo de qual regime normativo será aplicado. Esse quadro de insegurança jurídica implica elevados custos de transação para os agentes comerciais. Diante dessa multiplicidade de acordos que regulam suas relações comerciais, eles muitas vezes têm dificuldades em identificar quais são seus direitos, obrigações e as preferências que vão obter exportando ou importando produtos ou serviços para ou de um país determinado.

Para recuperar sua autoridade e reorganizar o sistema multilateral, será necessário que a OMC busque soluções que possam assegurar maior articulação, convergência e coerência de suas regras com as dos acordos preferenciais. Isso só será alcançado se houver vontade política de seus países membros de atualizá-las de modo que elas também possam endereçar as novas áreas que hoje estão sendo reguladas nos acordos preferenciais de comércio.

Essa tarefa torna-se ainda mais árdua quando se tem em mente o fato de que muitas das regras da OMC não mais refletem adequadamente as formas contemporâneas de organização da produção de bens e de prestação de serviços representadas pelas operações de cadeias globais de suprimento ou de valor. O setor privado parece ter uma clara percepção dessa realidade. Sabe que a competitividade da indústria e um melhor desempenho nas exportações dependem de forma crescente da integração dos países a essas cadeias globais de produção. Como ficam então as regras de origem da OMC para o efeito de aplicação pelos países membros de imposto de importação? E as regras de defesa comercial que visam proteger a indústria nacional? Mesmo o conceito de produto nacional tenderá a ficar mais fluido.

Essas questões não poderão passar despercebidas em qualquer processo de atualização de regras que venha a ser realizado pela OMC. A julgar pelo ceticismo atual de alguns países membros, de boa parte do setor privado e agentes comerciais, será difícil reunir a vontade política necessária para enfrentar tamanhos desafios. O que se observa é o surgimento de movimentos paralelos à OMC, como o Acordo de Associação Transpacífico (Trans-Pacific Partnership (TPP)). Sob a liderança dos Estados Unidos, o TPP envolve amplas negociações entre países da região Ásia-Pacífico. Seu objetivo é o de redesenhar completamente o regime internacional de comércio e investimentos. Não parece se tratar de um movimento convergente com a OMC.

Governo da Rússia manda representantes ao Brasil para conhecer cadastro rural – Site do MMA. 05/02/2013

A regularização ambiental dos terrenos do país começa a se tornar exemplo internacional. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) recebeu, na manhã desta terça-feira (05/02), representantes do governo da Rússia para apresentar o modelo brasileiro que garante a recuperação da vegetação nativa e a preservação dos recursos naturais. A delegação conheceu o sistema usado para o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e elogiou o mecanismo que vai colocar os 5,2 milhões de imóveis na legalidade.

O CAR foi instituído após a aprovação da Nova Lei Florestal e, ao lado do Programa de Regularização Ambiental (PRA), estabelece as regras gerais e garante os instrumentos de integração das informações de planejamento do uso das terras do país. “O Cadastro tem um papel fundamental tanto para a produção florestal quanto para o controle das áreas do Brasil”, explicou o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Paulo Guilherme Cabral.

APOIO

A comitiva russa classificou como positivo o método de cadastramento que será colocado em prática por meio formulários e plataformas virtuais auxiliadas por imagens de satélite. Para Andrey Zhilin, representante da Agência Federal de Florestas da Rússia, a legislação brasileira prevê medidas efetivas para conter o desmatamento. “Damos todo o apoio a essa iniciativa do governo brasileiro”, declarou Zhilin. “Há tempo para recuperar e essa será um experiência boa”, acrescentou.

O secretário Paulo Guilherme Cabral destacou que a troca de experiências com a delegação russa é representativa para a implantação do CAR. “Isso mostra a importância que o cadastro já está começando a ter no cenário internacional”, afirmou.

Agrária planeja instalar fábricas no Paraguai e em MS. Carine Ferreira – Valor Econômico. 05/02/2013

Na esteira do crescimento do mercado de fertilizantes no país, a Agrária, empresa paulista que atua no segmento de adubos tradicionais (nitrogênio, potássio e fósforo, o chamado "NPK") e especiais, prevê crescer em 2013 até o dobro da média registrada nos últimos 15 anos.

A expectativa da companhia é ampliar em até 30% o faturamento registrado em 2012, de R\$ 65 milhões. No ano passado, a receita cresceu 20,4% em relação a 2011. Desde 2009, afirma Gustavo Branco, gerente-geral da Agrária, o crescimento acumulado é de 65%.

A demanda registrada neste início de ano surpreendeu. Em janeiro, afirma Branco, as vendas ficaram aproximadamente 30% acima do esperado.

A Agrária, que tem duas fábricas em Jardinópolis (SP), mudou sua estratégia de comercialização a partir de 2008. Antes focada no fornecimento de matérias-primas para outras empresas de fertilizantes, a companhia concentrava 85% de sua receita em apenas dez clientes. Hoje, esse grupo representa apenas 16% da receita. Cerca 50% das vendas atendem aos consumidores finais (produtores e empresas agrícolas), 25% a cooperativas e revendas e outros 25% a indústrias misturadoras e de fertilizantes foliares.

Também em 2008, a companhia iniciou a comercialização de um produto resultante de biotecnologia para aplicação no solo, que se tornou um dos carros-chefe da Agrária - o Farture. As pesquisas foram conduzidas pela empresa em parceria com universidades e instituições de pesquisa como Embrapa e IAC.

O Farture é produzido a partir de matéria orgânica - material resultante de podas de árvores, por exemplo -, enzimas e micro-organismos. O objetivo do produto é proteger os nutrientes presentes no fertilizante e ampliar a disponibilidade dos que já estão no solo, reunindo em um único grão macro e micronutrientes.

Cinco mil toneladas do produto já foram exportadas para o Paraguai, e a previsão para este ano é embarcar cerca de 15 mil toneladas. Por ser um mercado promissor, a Agrária tem planos de abrir uma fábrica no país vizinho, no departamento de Caaguazú (região central) até o fim do ano, conforme Branco. A unidade abastecerá o Uruguai, Argentina, Bolívia e até o Sul do Brasil. A previsão da companhia é investir entre US\$ 10 milhões e US\$ 15 milhões na nova planta.

Hoje, por questões logísticas e da "guerra fiscal", segundo Branco, a atuação da Agrária se faz mais forte em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul - onde a empresa negocia instalação de uma outra fábrica.

A capacidade de produção instalada nas duas fábricas paulistas é de 300 mil toneladas por ano. Uma delas é destinada à produção de adubos foliares e a outra, de fertilizantes de aplicação no solo. O volume comercializado em 2012 representou 80% desta capacidade. "Perdemos vendas por falta de capacidade instalada", observa Branco.

Com a demanda aquecida, a Agrária começou a investir no ano passado cerca de R\$ 5 milhões para dobrar a capacidade de produção dos adubos de solo, de 200 mil para 400 mil toneladas na planta em Jardinópolis. Esses produtos representam cerca de 40% do faturamento total da empresa.

"O crescimento do mercado brasileiro é muito positivo. Alimento é estratégico, e o Brasil tem condição interessante. Para esse tipo de produto existe uma demanda crescente, vinculada à sustentabilidade", afirma Franco.

Governo atende pleito da CNA e renova medidas antidumping para importação de leite da União Europeia e Nova Zelândia – Site da CNA. 06/02/2013

Para impedir a importação de leite a preços de dumping, prática desleal de comércio, que prejudica a produção brasileira, o Governo federal atendeu à solicitação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e renovou, por mais cinco

anos, o direito antidumping para compras de leite em pó (integral ou desnatado) da União Europeia e da Nova Zelândia. A decisão foi tomada ontem (05/02), pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), após amplo processo de discussão que contou com a participação da Comissão Nacional da Pecuária de Leite da CNA, peticionária no processo.

A Camex manteve as alíquotas ad valorem de 3,9% para as importações de produto da Nova Zelândia e de 14,8% para as compras de produto da União Européia. Essas tarifas serão calculadas com base no preço de compra do leite desses dois fornecedores, política que garante um comércio mais justo, visto o risco de retomada da prática de dumping. Além dessas tarifas, todos os países de fora do Mercosul pagam 28% de imposto para exportação de leite em pó para o Brasil, a chamada Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC). Na prática, a Nova Zelândia pagará 31,9% (soma dois tributos) e a União Europeia, 42,8% no comércio de leite em pó para o Brasil.

No final da década de 90, a CNA solicitou ao MIDC investigações de dumping contra a União Europeia e Nova Zelândia, que resultaram em 2001 nas tarifas antidumping. Em 2007, essa política foi renovada por mais cinco anos e, a partir de 2013, por mais cinco anos. Durante o atual processo de revisão do antidumping, o Departamento de Defesa Comercial (Decom), da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do MIDC, concluiu que a extinção dos direitos levaria à continuação ou retomada do dumping e do dano à indústria brasileira.

Importações – Dados do MIDC mostram que, entre 1996 e 2001 a média anual de importação de leite em pó da União Européia era de 20.672 toneladas e da Nova Zelândia, 15.160 toneladas. Após a aplicação dos direitos antidumping, a média anual de 2002 a 2012 foi de 223,6 e 677,7 toneladas, respectivamente. Esses dados evidenciam que, sem práticas desleais de comércio, esses fornecedores tiveram dificuldades para exportar para o Brasil, garantindo ao setor lácteo nacional condições de acelerar seu processo de desenvolvimento, suprimindo a demanda interna de lácteos e gerando excedentes exportáveis.

Brasil e EUA querem evitar compromisso de corte de gastos no G-20. Assis Moreira – Valor Econômico. 06/02/2013

O Brasil vai se aliar aos Estados Unidos no G-20 para evitar metas rígidas de endividamento público, por considerar que isso poderia "matar" a já frágil recuperação da economia mundial.

Ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais dos países do G-20, grupo que reúne as 20 principais economias do mundo, se reúnem na semana que vem em Moscou, num cenário em que a consolidação fiscal deve continuar a ser prioridade em 2013 para boa parte dos países desenvolvidos.

A Alemanha está insistindo em um novo compromisso no G-20 para limitar o endividamento público nos países ricos, apesar de vários países terem considerado um erro o tipo de acordo feito em 2010 na cúpula de Toronto.

Na ocasião, os países ricos tinham se comprometido com planos fiscais para pelo menos cortar pela metade seus déficits até 2013 - o que não foi alcançado - e estabilizar ou reduzir as dívidas públicas em relação ao PIB até 2016.

Agora, está na mesa a discussão sobre se os países desenvolvidos retomam a meta fracassada de 2013 ou se estabelecem novos objetivos, para sinalizar aos mercados o comprometimento permanente com ajustes e reformas.

Mas, em recente reunião preparatória, em Nova Déli, os EUA mostraram-se bem mais incisivos contra os alemães. Alertaram que o multiplicador fiscal tem sido muito pior do que se imaginava. Ou seja, os países menosprezaram o tamanho do impacto negativo da consolidação fiscal sobre a demanda e o crescimento econômico.

Para os EUA, é preciso na verdade rever o ritmo da consolidação fiscal nas grandes economias. Uma preocupação do Brasil e de outros emergentes é ver como será formulado um eventual acordo, pois o que querem é estímulo para a economia global se recuperar mais rapidamente.

Em todo caso, ninguém no G-20 menciona "austeridade", termo maldito entre os negociadores, mesmo entre os alemães.

Como destaca o Deutsche Bank, os governos nas economias desenvolvidas enfrentam desafios consideráveis de curto, médio e longo prazos quanto à sustentabilidade da dívida. Em comparação, a tendência é a dívida pública dos emergentes continuar caindo, graças a uma combinação de sólido crescimento econômico, baixa taxa de juros e, no geral, políticas fiscais sustentáveis. Para o banco, a dívida total dos emergentes continuará estável ou declinará minimamente nos próximos cinco anos.

Em Moscou, o encontro de ministros e presidentes de BCs ocorrerá em meio a dúvidas no mercado sobre a durabilidade e a dimensão da recuperação global para 2013, apesar de sinais positivos no começo do ano.

Para analistas do banco britânico Barclays Capital, a política fiscal nos EUA poderá representar freio de 1,5 ponto no PIB, ou até mais, no caso de fracassar a negociação entre republicanos e democratas no Congresso para diminuir gastos.

Na Europa, sob a influência alemã, a consolidação fiscal continua no topo da agenda política. Embora os mercados financeiros pareçam achar que o pior já passou, a situação continua fluida, com várias fontes de riscos. O mais provável é uma atenuação no ritmo da consolidação fiscal para evitar o prosseguimento da recessão.

Mesmo na China, a política fiscal tende a ser mais restritiva no longo prazo, por causa de passivos na seguridade social. O Barclays diz não esperar, porém, que o novo governo volte atrás da nova rodada de estímulos, como os de 2008-09, e o crescimento continuará por volta de 7,5% e 8%.

Outro tema de confronto em Moscou será o atraso nas reformas do FMI, diante da resistência dos europeus em aprovar uma nova fórmula de quotas para redistribuir poder de voto no fundo. Além disso, a reforma de quotas de 2010 sequer entrou em vigor porque o Congresso dos EUA ainda não ratificou o compromisso.

Outro tema será o financiamento de investimentos de longo prazo. Os negociadores vão "mapear" o tema. Na véspera, em Londres, um grupo formado por ex-presidentes de BCs, incluindo Jean-Claude Trichet, vai divulgar um relatório sugerindo um "gap" trilionário nas necessidades de financiamento para os próximos anos, a menos que sejam feitas profundas mudanças nos mercados e nas regulações nacionais.

A regulação bancária também estará na agenda, com recomendações para controlar os "shadow banks".

A questão de guerra cambial, com países continuando políticas de desvalorização artificial de suas moedas, deve ser discutida também, mas, segundo um negociador, 'sem foco específico.

Multinacionais na nova ordem global. Frederico Fleury Curado – O Estado de S. Paulo. 07/02/2013

Apesar de a agenda internacional estar centrada na crise europeia, no "abismo fiscal" nos EUA e nas incertezas geopolíticas no Oriente Médio, é importante não perder de vista algumas mudanças que ocorrem na economia global e terão efeitos importantes no longo prazo.

Centenas de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento estão participando do mercado de consumo pela primeira vez, elevando seu padrão de vida e aumentando a produção econômica de suas respectivas nações. Empresas e empreendedores desses países estão lançando novos produtos e ideias, ajudando a moldar o mundo de novas formas. As multinacionais dos países emergentes têm papel importante a exercer nessa transformação.

Essas empresas, frequentemente chamadas de "multinacionais emergentes", vêm conseguindo evoluir de um papel centrado em exportações para uma presença efetivamente global. Além da habilidade de competir internacionalmente, uma empresa global precisa ter operações, papel institucional, investimentos e geração de receitas em outros países, sedimentando sua marca, beneficiando-se do acesso a recursos humanos locais e desenvolvendo novas cadeias de fornecedores.

A história é rica em exemplos de como o sucesso de empresas multinacionais garantiu a seus respectivos países uma maior presença e relevância globais. Marcas como Siemens, Volkswagen e BMW, da Alemanha; Electrolux, Ericsson e Volvo, da Suécia; General Electric, IBM e Coca-Cola, dos EUA; Toyota, Sony e Toshiba, do Japão; Philips e Shell, da Holanda, são alguns exemplos, dentre tantos outros.

Mais recentemente, multinacionais como a finlandesa Nokia, as coreanas Samsung, LG e Kia e as chinesas Sinovel e Huawei são exemplos desse fenômeno. Essas e outras multinacionais de países em desenvolvimento vêm investindo no aumento de sua capacidade para operar em novos mercados, ao mesmo tempo que se preparam para os desafios complexos advindos de tal iniciativa.

Em termos de oportunidades, as multinacionais emergentes apresentam algumas vantagens em relação às congêneres de economias maduras, pois se estruturaram e

aprenderam a prosperar em ambientes bastante desafiadores e desenvolveram alto grau de criatividade, resiliência e agilidade de gestão. Entretanto, um desafio importante diz respeito a como essas empresas e o mundo desenvolvido lidarão com uma eventual reconfiguração do status quo geopolítico global, definido há cerca de 70 anos, após a 2.^a Guerra Mundial.

O futuro aponta para a organização de uma nova ordem, mais multipolar, com o setor privado assumindo papel de protagonismo na transição. Desenvolver um entendimento comum - setor público, iniciativa privada e entidades da sociedade civil - sobre esse novo cenário mundial se torna fundamental.

Há dias, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, registrou-se a presença relevante de países emergentes e de suas empresas multinacionais, sedimentando o caminho para sua inserção mais efetiva nas discussões de temas pertinentes à agenda econômica global.

Além da já tradicional participação asiática, pode-se destacar neste ano uma grande presença de países africanos, cujo continente assumiu recentemente a posição de segunda maior taxa de crescimento do mundo.

Apesar de o Brasil e outros países da América Latina terem registrado algum nível de presença em Davos, é grande o potencial para ampliar sua participação - e influência - nas discussões, tanto no âmbito empresarial como dos Estados.

Evidentemente, o Fórum Econômico Mundial é apenas uma das plataformas em que o Brasil e suas empresas podem elevar sua voz no debate mundial, havendo diversas outras oportunidades e espaços para fazê-lo. Mas é importante que o façam. As multinacionais emergentes, em conjunto com seus respectivos governos, precisam aproveitar a oportunidade de poder influenciar de maneira mais determinante os novos caminhos que o mundo e sua população trilharão no futuro.

Frederico Fleury Curado é diretor-presidente da Embraer e co-chairman do Fórum Econômico Mundial, 2013.

China acusa Brasil de prática desleal no comércio. Raquel Landim. O Estado de S. Paulo. 07/02/2013

Acusação a fabricantes de celulose, a primeira dos chineses contra o Brasil, pode ser uma retaliação a restrições comerciais

A China decidiu investigar os fabricantes brasileiros de celulose pela prática de dumping. É a primeira vez que os chineses, principais alvos de medidas de defesa comercial, abrem uma investigação contra o Brasil. Segundo fontes do setor, a medida pode ser uma retaliação por conta das barreiras impostas pelo País às importações de papel chinês.

O Ministério de Comércio da China informou ontem que iniciou uma investigação de dumping, que é vender abaixo do preço de custo, contra os fabricantes de celulose solúvel de Brasil, Estados Unidos e Canadá. As margens de dumping preliminares são

de 49,4% para Brasil, 50,9% para Canadá e 29,9% para EUA. A investigação tem prazo de um ano para ser concluída.

Desde a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC), em janeiro de 1995, até junho do ano passado, o Brasil iniciou 55 investigações antidumping contra a China e aplicou 33 sobretaxas, revela levantamento do escritório Nasser Advogados. Os chineses nunca haviam investigado o Brasil e concentravam as sobretaxas em EUA (27), Japão (27), Coreia do Sul (27) e União Europeia (13).

A China vinha adotando uma política de evitar conflito comercial com países em desenvolvimento. "A lua de mel com a China acabou. Esse caso será um divisor de águas", diz Adriana Dantas, sócia do escritório Barbosa, Mussnich e Aragão. Para Carol Monteiro de Carvalho, sócia do Bichara, Barata & Costa Advogados, "é o primeiro caso com nosso principal parceiro".

A investigação iniciada ontem está restrita à celulose solúvel, utilizada em tecidos, alimentos e cosméticos. No Brasil, existe apenas uma fabricante: a Bahia Specialty Cellulose, uma subsidiária da holding indonésia Sateri. A companhia - que é a segunda maior fabricante mundial - preferiu não dar entrevista.

A medida, no entanto, pode ser um "alerta" para todo o setor, já que está em análise no governo chinês um pedido para abrir uma investigação de dumping contra a celulose de fibra curta, matéria-prima do papel. Esse tipo de celulose é produzida por gigantes como Fibria e Suzano e responde pela maior parte das exportações. A Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) não deu entrevista.

De acordo com uma fonte do setor, uma sobretaxa contra a celulose de fibra curta brasileira seria um "tiro no pé" para a China, que depende do produto para abastecer suas fábricas de papel. "Mas é claro que o assunto preocupa, porque abre um precedente ruim", diz a fonte.

No ano passado, o Brasil exportou US\$ 1,2 bilhão em celulose para a China, ou 26% dos embarques totais, atrás apenas da UE, com 46%. A celulose é o quarto produto mais vendido pelo Brasil para a China.

Retaliação. No setor, a avaliação é que a China quer retaliar o Brasil por causa das recentes barreiras contra o papel chinês. O governo brasileiro elevou o imposto de importação de papel cartão e couchê de 14% para 25%. Também adotou licenças de importação e passou a exigir rotulagem diferenciada para o papel de impressão. "O Brasil não pode subestimar a capacidade dos chineses de se adaptarem", disse Geraldo Ferreira, diretor geral da Cathay, subsidiária da APP e importadora de papel chinês.

Segundo diretor do Departamento de Defesa Comercial (Decom), do Ministério do Desenvolvimento, Felipe Hees, "não há evidências de que exista qualquer relação entre essa investigação e as medidas tomadas pelo Brasil". Ele afirma que o governo vai "zelar" para todas as regras internacionais sejam cumpridas, mas que ressalta que qualquer país tem direito de aplicar medidas de defesa comercial.

Dois coelhos do comércio mundial. Taeho Bark – Valor Econômico. 07/02/2013

Se você perseguir dois coelhos de uma vez só, ambos vão escapar. Pelo menos é o que garante o velho dito popular. Mesmo assim, isso é exatamente o que se exige que muitos governos façam: perseguir tanto o crescimento quanto a justa distribuição de renda. Os dois objetivos, embora não incompatíveis, são totalmente diferentes entre si, e poucos instrumentos de política econômica são capazes de ajudar a alcançá-los simultaneamente.

Essa ideia é de extrema relevância para a política comercial. Muitas pesquisas teóricas e empíricas demonstram que abrir o comércio exterior pode estimular o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de um país. Mas aumentar o tamanho do bolo não é garantia de que ele será dividido de forma justa.

Da mesma forma, de um ponto de vista mundial, a abertura comercial pode contribuir para o crescimento da economia global como um todo, mas não garante que os benefícios serão distribuídos equitativamente entre os países. Alguns dizem que nenhum país perde, em termos absolutos, ao abrir o comércio; se assim fosse, não participariam de acordos de livre comércio. Apesar disso, a distribuição desigual dos benefícios permite supor que alguns países, principalmente os menos desenvolvidos, ganham pouco, em termos comparativos, e talvez sejam até prejudicados.

Um método melhor de tentar obter equilíbrio é dar aos países em desenvolvimento maior acesso aos mercados mundiais, entre os quais os de outros países em desenvolvimento. Mas, por enquanto, não há nem a vontade nem a energia para adotar esse enfoque.

Isso explica a crescente preocupação com o papel do comércio no desenvolvimento, apesar do fato evidente de que o crescimento do comércio mundial tirou centenas de milhões de pessoas da pobreza nas últimas décadas. Ao contrário da estrutura dos países considerados isoladamente, não existe uma autoridade central com poderes de fiscalizar a redistribuição de riqueza em todo o planeta. Por isso o problema da distribuição justa precisa ser abordado por meio das prerrogativas de desenvolvimento embutidas nas negociações comerciais.

Um aspecto fundamental dessas preocupações relativas ao desenvolvimento é identificar a existência do devido equilíbrio em todo acordo comercial. O "tratamento especial e diferenciado" é o termo técnico empregado nas negociações comerciais para indicar que balança precisa pender em favor dos países em desenvolvimento, com a magnitude desse tratamento a ser determinada pelos participantes das conversações. Mas, embora a tendência das atuais negociações comerciais de permitir que os países em desenvolvimento abram menos seus mercados do que outros ajude a conquistar mais equilíbrio, ela pode solapar os objetivos originais do acordo, de aumentar a eficiência e impulsionar o crescimento. Além do mais, deixa de estimular a ampliação do comércio Sul-Sul.

E, no final, esse foco no aspecto defensivo da liberalização do comércio torna as negociações mais difíceis. Por exemplo, uma das questões decisivas a barrar os avanços das negociações de livre comércio da Agenda de Desenvolvimento de Doha da

Organização Mundial de Comércio (OMC) se concentra no grau pelo qual os principais países em desenvolvimento deveriam abrir seus mercados.

Um método melhor de tentar obter equilíbrio é dar aos países em desenvolvimento maior acesso aos mercados mundiais, entre os quais os de outros países em desenvolvimento. Mas, por enquanto, não há nem a vontade nem a energia para adotar esse enfoque. E, para países em desenvolvimento com pouca capacidade na ponta da oferta, o maior acesso ao mercado mundial é uma questão irrelevante, uma vez que eles continuam longe de sequer avaliar qual deveria ser o tamanho da parte deles.

Isso levanta outra preocupação. Pelo fato de a "ajuda ao comércio exterior" - a assistência a países em desenvolvimento que pretende atenuar suas limitações relativas ao comércio exterior - assumir a forma de ajuda financeira, uma questão prática é se os doadores poderão manter seu nível de financiamento, em vista das atuais dificuldades econômicas.

Entre as principais instituições multilaterais, a OMC mantém a autoridade sobre o comércio. São o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) que estão mais bem-equipados para administrar as questões de ajuda. No âmbito dos governos-membros, as relações com a OMC são normalmente responsabilidade do Ministério do Comércio ou das Relações Exteriores, enquanto as instituições financeiras multilaterais, entre as quais os bancos de desenvolvimento regionais, são, normalmente, responsabilidade do Ministério da Fazenda.

Portanto, a ajuda ao comércio exterior, uma das principais tarefas da agenda da OMC, tem laços institucionais frágeis com as negociações comerciais. Na verdade, seria mais exato dizer que é totalmente separada.

A solução factível é uma coordenação mais eficaz entre as instituições em questão. O Acordo de Marrakesh¹, que criou a OMC como sucessora do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt, na sigla em inglês) em 1994, fixa o objetivo de obter maior grau de coerência entre a OMC e outras agências internacionais. Uma das iniciativas especialmente dignas de nota é o Quadro Ampliado de Integração para os países menos desenvolvidos, que abrange amplo compromisso e coordenação entre órgãos parceiros, entre os quais o FMI, a Unctad, agência da ONU para comércio e desenvolvimento, o Banco Mundial e a OMC.

Um enfoque mais ambicioso seria vincular explicitamente a ajuda e o comércio exterior. Um mecanismo concreto de crédito em acordos comerciais merece ser seriamente estudado, especialmente em áreas como a de negociações de facilitação de comércio da OMC, em que o aumento da capacidade em países em desenvolvimento é uma questão chave.

Pedir doações dos países-membros seria, no entanto, um passo na direção errada, uma vez que a OMC não é um órgão assistencial. Em vez disso, os acordos comerciais da OMC poderiam criar laços eficientes com bancos de desenvolvimento multilaterais e regionais, ajudando assim a concretizar o princípio de coordenação internacional mais estreita formulado no Acordo de Marrakesh.

É possível capturar os dois coelhos do comércio internacional. Mas fazer isso exige abordagens inovadoras que ajudem a assegurar que o comércio exterior atenda aos países em desenvolvimento, e não o contrário. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

Taeho Bark é ministro do Comércio Exterior da República da Coreia e candidato ao cargo de diretor-geral da Organização Mundial de Comércio (OMC). Copyright: Project Syndicate, 2013.

Pós-Davos e o mundo não acabou – Folha de São Paulo. 07/02/2013

O Brasil deve aproveitar a mão de obra desempregada da Europa para qualificar seus próprios profissionais e ganhar competitividade internacional

Depois do fim do Fórum de Davos de 2012, o pessimismo dos economistas presentes quase me fez acreditar nas previsões maias: o mundo realmente poderia acabar até dezembro. Enquanto os políticos tinham discursos por demais otimistas, os economistas previam o apocalipse: a Europa precisaria tomar medidas drásticas de austeridade. A Grécia precisava de alguma reinvenção. As empresas globais estavam fadadas ao prejuízo.

Numa pesquisa feita pela PricewaterhouseCoopers com CEOs em Davos, somente 25% dos líderes empresariais presentes acreditavam que suas empresas poderiam crescer em 2012. Os outros 75% acreditavam, no mínimo, em estagnação. Em sua maioria, apostavam no encolhimento drástico dos próprios negócios. Era o fim do mundo.

E testemunhamos o que aconteceu: a Grécia começou o ano numa panela de pressão. Portugal e Espanha também se viram nessa situação. Os mercados se acomodaram. Algumas medidas de austeridade foram tomadas (em sua maioria, atrasadas). O desemprego cresceu na Europa, as trocas comerciais caíram, mas o mundo não acabou. Nem a Europa, aliás.

Há poucos dias, o novo Fórum de Davos aconteceu. Novas previsões de um apocalipse econômico foram levantadas, mas ouso fazer aqui a minha previsão: o mundo não vai acabar. E vou além: se o Brasil souber aproveitar as mudanças que estão acontecendo, pode entrar em uma onda de crescimento real e consistente.

Por exemplo, se há um índice alto de desemprego na Europa e existe uma carência de mão de obra qualificada no país, então os profissionais de lá não só devem ser reaproveitados por aqui, como podem nos ajudar a qualificar nosso próprio contingente.

Grandes empresas pelo mundo estão de olho no Brasil -por tabela, as mais conceituadas universidades dos Estados Unidos e da Europa estão oferecendo facilidades para atrair estudantes brasileiros. Nós precisamos aproveitar todas essas oportunidades. A formação de profissionais tem que ser nossa prioridade, porque é exatamente aí que perdemos competitividade.

Também são os profissionais bem formados que vão brigar pela qualidade de serviços e de infraestrutura do país. Hoje temos cerca de 10 mil estudantes se graduando lá fora. Quando tivermos 100 mil, eu ficarei mais tranquilo. Porque é impossível ignorar 100

mil pessoas altamente preparadas e qualificadas, que querem e podem buscar soluções. Porque são essas pessoas que sabem como funciona o mundo e que vão brigar para que o Brasil comece a andar direito.

É claro que, antes disso, podemos alicerçar nossa moeda e controlar a inflação. Mas não adianta ter uma moeda forte e inflação controlada, se, ao mesmo tempo, temos portos ineficientes, estradas esburacadas, uma rede ferroviária nula e uma rede de telecomunicação que irrita e envergonha diariamente (a inclusão do código da operadora para ligações em DDD e DDI é inexplicável. Já foi difícil para que nós compreendêssemos a lambança. Agora tente fazer um estrangeiro entender que ele não pode simplesmente dar um recall, porque é preciso redigitar todos os números, incluindo o bendito código da operadora.).

O fato é que o mundo vê hoje o Brasil com lentes embaçadas. Sabe-se que estamos trilhando um bom caminho, mas ainda nos são cobradas as medidas certas na reforma tributária, na infraestrutura e no setor de energia. Vamos continuar em frente, o mundo não vai acabar. Mas essa estrada requer muito trabalho, porque, se a encararmos como um passeio, nossa espiral de crescimento pode ter fim. E o caminho de volta é muito mais árduo de se trilhar.

MARIO GARNERO, 75, é chairman do grupo Brasilinvest e presidente do Fórum das Américas e da Associação das Nações Unidas - Brasil (Anubra)

Davos e o mundo do “G Zero”. Joseph Stiglitz – O Estado de S.Paulo. 08/02/2013

A reunião anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, perdeu parte do glamour que tinha antes da crise. Afinal, até o derretimento de 2008, os principais expoentes do mundo das finanças e da indústria alardeavam as virtudes da globalização, da tecnologia e da liberalização financeira. Segundo eles, esses avanços prenunciavam uma nova era de crescimento sem fim, cujos benefícios seriam compartilhados por todos, desde que fizessem “a coisa certa”. Esses dias pertencem ao passado. Mas Davos continua sendo um lugar adequado para se ter uma ideia do espírito neoliberal global desta época.

Obviamente, os países em desenvolvimento e os mercados emergentes não têm mais como referência os países avançados, como faziam antes. Mas a observação de um executivo de uma empresa de mineração traduziu nitidamente o espírito de mudança. Em resposta à constatação angustiada de um especialista em desenvolvimento de que tratados comerciais desleais e promessas de ajuda não cumpridas custaram aos países desenvolvidos a perda de sua autoridade moral, ele retrucou: “O Ocidente nunca teve uma autoridade moral”.

O colonialismo, a escravidão, a fragmentação da África em pequenos países e uma longa história de exploração de recursos podem ser problemas de um passado distante para os que os perpetraram, mas não para os que os sofreram na pele.

O tópico que preocupou enormemente os líderes na reunião foi o da desigualdade econômica. A mudança de rumo do debate em relação a apenas um ano atrás foi drástica: ninguém nem sequer mencionou as teorias econômicas que pregam poucos

impostos sobre empresas e ricos, e poucos estão prontos a afirmar que existe uma correspondência muito grande entre as contribuições sociais e os benefícios privados.

Embora a conscientização de que os EUA não são a terra das oportunidades que por muito tempo alardearam ser seja tão desconcertante para os outros quanto para os americanos, a desigualdade de oportunidade em escala global é até maior. Na realidade, não se pode afirmar que o mundo seja “achatado” quando um africano típico é beneficiado por um investimento em seu capital humano de algumas centenas de dólares, enquanto os americanos ricos recebem de seus pais e da sociedade presentes de mais de US\$ 500 mil.

Um ponto alto da reunião foi o discurso de Christine Lagarde, a diretora gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), que enfatizou a considerável mudança de sua instituição, pelo menos na cúpula: profunda preocupação com os direitos das mulheres, nova ênfase na relação entre desigualdade e instabilidade e reconhecimento de que os contratos coletivos de trabalho e os salários mínimos podem ser fundamentais na redução da desigualdade. Seria tão bom se os programas do FMI para a Grécia e outros países refletissem plenamente esses sentimentos!

A Associated Press organizou uma importante sessão sobre tecnologia e desemprego: poderão os países (particularmente no mundo desenvolvido) criar novos empregos (principalmente bons empregos), apesar da moderna tecnologia que permitiu a substituição dos trabalhadores por robôs e outras máquinas em todas as tarefas rotineiras? Acima de tudo, na Europa e nos EUA o setor privado não tem conseguido criar muitos postos de trabalho desde o início deste século. Até na China e em outras partes do mundo em que o setor manufatureiro está em grande expansão, os avanços da produtividade - frequentemente relacionados a processos automatizados que eliminam empregos - favorecem grande parte do crescimento da produção. Os que mais sofrem são os jovens, cujas perspectivas de vida serão profundamente afetadas pelos prolongados períodos de desemprego nos dias atuais.

Draghi Put. No entanto, a maior parte das autoridades presentes em Davos deixou de lado esses problemas para comemorar a sobrevivência do euro. A nota dominante foi uma profunda satisfação ou mesmo otimismo. O “Draghi Put” - a noção do presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, de que a instituição financeira, com seus bolsos gigantes, faria o que fosse necessário para salvar o euro e todo país em crise – aparentemente funcionou, pelo menos por algum tempo. A calma temporária proporcionou algum apoio aos que afirmavam que o mais urgente era a restauração da confiança. Esperava-se que as promessas de Draghi fossem uma maneira sem custo de proporcionar essa confiança, pois elas nunca teriam de ser cumpridas.

Os críticos destacaram reiteradamente que as contradições fundamentais não foram resolvidas e a sobrevivência do euro, no longo prazo, dependeria de uma união fiscal e bancária.

Isso exigiria mais integração política do que a maioria dos europeus está disposta a aceitar. Entretanto, em ; grande parte, os temas discutidos dentro e fora das reuniões refletiram uma profunda falta de solidariedade.

Um representante de alto escalão de um governo do norte da Europa nem sequer descansou o garfo quando foi interrompido por um colega muito sério, num jantar, com o comentário de que muitos espanhóis agora comem restos de comida retirados do lixo. Eles deveriam ter posto em vigor as reformas mais cedo, replicou o representante, enquanto continuava atacando seu bife.

As previsões de crescimento do FMI divulgadas na reunião de Davos mostram até que ponto o mundo se tornou desconectado: o crescimento do PIB nos países industrializados e avançados deverá ser de 1,4% este ano, em quanto o mundo em desenvolvimento provavelmente continuará crescendo a uma vigorosa taxa de 5,5%. Embora os líderes ocidentais falassem com ênfase renovada sobre crescimento e emprego, não ofereceram nenhuma medida concreta que respaldasse essas aspirações.

Na Europa, insiste-se na austeridade. Os países felicitam-se pelo progresso conseguido até agora e afirmam sua determinação em continuar trilhando o caminho que acabou mergulhando a região na recessão - e a Grã-Bretanha numa crise mais profunda depois de um curto período de recuperação. Talvez a nota mais otimista tenha sido dada pelos mercados emergentes: embora o risco de globalização implique uma nova interdependência, fazendo com que as políticas econômicas imperfeitas adotadas nos EUA e na Europa possam torpedear as economias dos países em desenvolvimento, os mercados emergentes mais bem-sucedidos têm administrado a globalização com bons resultados, sustentando o crescimento, apesar dos fracassos no Ocidente.

Com os EUA politicamente paralisados, em razão dos caprichos infantis dos republicanos, e com a Europa preocupada em garantir a sobrevivência do projeto mal formulado do euro, a falta de liderança global foi uma das principais queixas em Davos. Nos últimos 25 anos, passamos de um mundo dominado por duas superpotências para outro dominado por apenas uma. Agora, estamos em um mundo multipolar sem líder. Apesar do G-7, do G-8 ou a G-20, sua descrição mais apropriada é "G-Zero". É nesse novo mundo que teremos de aprender a viver e a prosperar.

Revolução no comércio internacional. Rubens Barbosa - O Estado de S.Paulo. 12/02/2013

Fonte de crescimento e de emprego, o comércio internacional está em meio a significativas mudanças, lideradas por EUA e China, que procuram ajustar suas políticas externas e comerciais à nova ordem internacional multipolar. Observa-se hoje a proliferação de acordos regionais e bilaterais e a multiplicação de medidas restritivas e protecionistas, em grande parte devidas ao fracasso das negociações multilaterais da Rodada Doha e ao enfraquecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC).

As limitações políticas e técnicas da OMC refletem as dificuldades para responder aos desafios surgidos com as novas formas de organização da produção e de serviços e com a crescente integração dos países às cadeias produtivas globais. Para voltar a ter um papel central no sistema de comércio internacional a OMC deveria passar por uma ampla reforma a fim de ajustá-la às mudanças globais dos novos tempos. O processo decisório de uma instituição de 158 membros tornou-se muito mais complexo, embora os procedimentos tenham continuado com poucas mudanças em relação a 1995, quando, no momento de sua criação, havia apenas 76 membros. A questão da cláusula de nação

mais favorecida, um dos principais pilares da OMC e do antigo Gatt, o tratamento preferencial e diferenciado e o princípio do "single undertaking" (ou compromisso único) nas negociações multilaterais (nada está aprovado enquanto todos os acordos não estiverem aprovados) estão sendo contestados e provavelmente terão de sofrer ajustes para responder aos desafios emergentes. Novos conceitos como cadeia de fornecimento global e manipulação das taxas de câmbio terão impacto sobre as negociações internacionais.

Em reação a essas mudanças, os EUA, a Europa e a Ásia estão avançando entendimentos para a negociação de acordos de livre-comércio de grande porte. A Parceria Trans-Pacífica, liderada pelos EUA, concentra 40% do PIB global e inclui Austrália, Malásia, Vietnã, Cingapura, Nova Zelândia, Chile, Peru, Brunei, Canadá, México e talvez Japão e Coreia do Sul. Os EUA já haviam firmado acordos com o Canadá e o México (Nafta) e mais recentemente com Panamá, Colômbia, Peru, Chile e Coreia do Sul. A União Europeia, apesar da pesada burocracia de Bruxelas, finalizou acordo de livre-comércio com a Coreia do Sul e está negociando com Cingapura e Canadá. E iniciou conversação com o Japão e o Mercosul. Bruxelas e Washington conversam para avançar os entendimentos de um mega-acordo de comércio e investimento, chamado de Acordo de Livre Comércio Transatlântico (Tafta, na sigla em inglês). A Ásia, numa completa mudança de posição, embarcou numa série de acordos de livre-comércio regionais, sob a liderança da China e do Japão, inclusive com países sul-americanos.

Sendo os EUA e a Europa dois dos principais parceiros do Brasil, é importante entender o significado do Tafta e suas implicações para os países que ficarem de fora.

A eventual formação de uma área de livre-comércio entre essas duas regiões englobará três quartos do mercado financeiro, metade do PIB global e quase um terço do comércio internacional. Grupo de Trabalho de Alto Nível criado pela União Europeia e por Washington deverá apresentar ainda neste mês as suas recomendações. Serão sugeridas, entre outras regras, a inclusão de serviços e investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual e outras regras gerais de comércio, além da eliminação das tarifas e barreiras não tarifárias. Haverá um período de transição durante o qual seriam excluídas as reduções tarifárias de "produtos sensíveis" e a desregulamentação de "certos setores" em serviços. Espera-se que as negociações possam começar em meados do corrente ano.

Evidentemente, essa ambiciosa agenda apresentará dificuldades para conciliar história, cultura e práticas locais, como padronização, Buy American Act, patentes farmacêuticas (genéricos), meio ambiente e leis trabalhistas, sem falar de problemas políticos de outra magnitude, como a eventual saída do Reino Unido da União Europeia.

Os países em desenvolvimento poderão ficar muito afetados pelos mencionados mega-acordos de livre-comércio, pela exclusão dos benefícios, por obrigá-los a aceitar compromissos de difícil cumprimento e pelo fortalecimento do poder internacional dos setores financeiros, talvez os principais beneficiários desses processos de integração econômica e comercial.

Nesse contexto de grandes movimentos de transformação no comércio internacional, o Brasil está sem estratégia de negociação comercial.

Caso os acordos EUA-União Europeia (Tafta) e dos EUA com países asiáticos (Trans-Pacific Partnership) sejam concluídos, o Brasil ficará aliado dos dois maiores fluxos de comércio internacional. A eliminação de tarifas entre os países-membros desses dois blocos afetará ainda mais a competitividade dos produtos brasileiros, que praticamente ficarão excluídos desses mercados.

A política Sul-Sul dos últimos dez anos, no tocante à África e ao Oriente Médio, pouco resultou do ângulo comercial. A Aliança do Pacífico (Chile, México, Peru e Colômbia) representou uma ação geoeconômica importante pela aproximação dos EUA e da Ásia. O Mercosul, que pediu para ser observador da Aliança, encontra-se em situação de quase total isolamento. Nos últimos dez anos firmou três acordos de livre-comércio com Israel, Egito e Autoridade Palestina, além de acordo de preferência tarifária com a Índia e a África do Sul. A negociação do grupo com a União Europeia torna-se crucial para podermos estar sintonizados com essas transformações globais.

Se as negociações com a Comissão Europeia não avançarem, não restará alternativa ao Brasil, no âmbito do Mercosul, senão fazer um acordo em separado com a União Europeia, para resguardar nossos interesses.

PRESIDENTE DO CONSELHO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA FIESP

G-20 debaterá reforma de cotas do FMI. Assis Moreira – Valor Econômico. 13/02/2013

As discussões no G-20 em Moscou começam hoje com um confronto entre países emergentes e europeus sobre a redistribuição de poder no Fundo Monetário Internacional (FMI). A reunião técnica antecede o encontro de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais.

Apesar dos compromissos assumidos, os europeus continuam insistindo em não abrir mão de mais cotas, o que significa manter intacto seu poder no Fundo, e em não reconhecer a nova realidade econômica trazida pela expansão dos emergentes.

Negociadores dizem que a lógica do europeus levaria os emergentes a brigar entre si. Ou seja, os emergentes mais dinâmicos, o que inclui a China, Brasil ou Índia, só poderiam crescer sua fatia no FMI às custas de emergentes menos dinâmicos, para não mexer na representação europeia.

É nesse cenário que a Rússia organiza hoje uma reunião de alto nível técnico sobre a reforma da arquitetura financeira internacional. Não se espera nenhum avanço na discussão sobre redistribuição de poder no FMI diante do bloqueio do europeu que causa crescente irritação e consternação entre os países em desenvolvimento.

No entanto, a realidade é clara. De um lado, a Europa só representa hoje 20% do PIB mundial medido em Paridade de Poder de Compra (PPC), enquanto seus países têm quase 30% do poder de voto no Fundo.

Os emergentes, por sua vez, continuam aumentando sua fatia no PIB global. Mas no Fundo estão subrepresentados, ao mesmo tempo em que são chamados a assumir mais

responsabilidades - como aumentar o capital do Fundo para eventualmente socorrer os próprios europeus em crise.

O montante de financiamento que um país pode obter no FMI é baseado nas suas cotas.

Até agora, duas reformas prometidas fracassaram, para reconhecer a maior importância dos emergentes. Em outubro do ano passado, por falta de ratificação pelo Congresso dos Estados Unidos, não entrou em vigor o aumento das cotas para os emergentes, conforme acertado no G-20 de 2010 na Coreia do Sul. Pelo arranjo, o Brasil ficaria entre os dez maiores em cotas e em poder de voto no Fundo.

No fim de janeiro, foi a resistência dos europeus que fez capotar a revisão da fórmula de cotas para redistribuir o poder de decisão a partir de 2014.

Os europeus alegam que o acertado no G-20 foi que os países "discutiriam" a reforma, e discutido foi. Os emergentes, por seu lado, querem evitar ficar dependendo de uma nova negociação. O plano da Rússia, no comando do G-20 este ano, é agora pelo menos conseguir o que foi delineado no FMI: aprovar a revisão da fórmula até o fim do ano, antes da próxima reforma geral de cotas programada para até janeiro de 2014.

A fórmula atual dá enorme peso para as economias mais abertas, e pequenas, a ponto de a cidade-Estado de Cingapura ter mais importância no FMI do que a Indonésia. Parte da pujança de Cingapura é derivada da prestação de serviços justamente para a Indonésia.

Para corrigir essa situação, emergentes insistem que seja levado mais em conta a proporção de certos países no PIB global, ao invés de apenas abertura ao comércio externo.

A China faz parte dos Brics - bloco que denomina Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul -, mas também faz uma espécie de "G-2" com os Estados Unidos. Mas quando a briga é mais difícil, parece consciente de que o melhor é uma tentativa de coordenação entre os emergentes.

Mineradoras reavaliam planos na África. John W. Miller, Devon Maylie e Alex MacDonald | The Wall Street Journal – Valor Econômico. 13/02/2013

A AngloGold Ashanti Ltd., quinta maior produtora de ouro do mundo, e uma sócia estão considerando fazer uma expansão de US\$ 400 milhões em Mali, um país com renda per capita anual de cerca de US\$ 1.000. Mas, com o país mergulhado em conflito, a empresa anunciou que adiará o projeto até que a luta termine.

Em toda África, executivos da área de mineração estão em compasso de espera. Durante uma conferência recente do setor, autoridades da África do Sul, da República Democrática do Congo e de outros países africanos ricos em minerais tentaram assegurar às mineradoras que a região é segura e rentável, diante do crescente nervosismo em relação a aumentos de impostos, conflitos trabalhistas e outros problemas.

Alguns países, incluindo Mali, Guiné e especialmente África do Sul, que tem a maior indústria de mineração do continente, tornaram-se recentemente o foco de preocupação do setor. A África do Sul está considerando elevar impostos para a mineração, limitar as exportações de carvão e impor regras para demissões.

O paradoxo é que estes governos precisam tanto das mineradoras para suas receitas fiscais quanto estas precisam do acesso aos seus recursos naturais. A África é simplesmente rica demais em recursos naturais para ser abandonada pelas mineradoras.

A ministra da Mineração da África do Sul já declarou que seu governo entende que os impostos não podem chegar a um nível no qual o país deixaria de competir com rivais como Austrália e Brasil. E acrescentou que a nacionalização "não é uma opção".

Executivos do setor estão atentos depois de um ano marcado por problemas trabalhistas que resultaram, em agosto passado, na morte de 34 mineiros da empresa londrina Lonmin PLC durante conflitos com a polícia. Uma queda nos preços das commodities causada pela fraca demanda na Europa reduziu lucros e levou a debates sobre o possível fechamento ou abandono de minas, o que o presidente da África do Sul, Jacob Zuma, caracterizou recentemente de "chantagem". O investimento estrangeiro no país caiu 43,6% no segundo semestre de 2012 em comparação com o ano interior. O rand sul africano atingiu a cotação mais baixa em quatro anos em relação ao dólar.

Cynthia Carroll, diretora-presidente da Anglo American PLC, disse que as mineradoras precisam de "estabilidade regulatória". As mineradoras, disse ela recentemente, precisam pensar décadas à frente "e não vão investir se temerem uma mudança regulatória custosa e imprevisível".

Governos africanos estão reavaliando seus impostos e tentando determinar qual é a melhor maneira de se beneficiar de seus recursos naturais ao mesmo tempo em que lidam com uma crescente agitação popular - uma insurgência de rebeldes na República da África Central e de tropas em Mali - que contribuiu para o mal-estar de investidores. A Netherlands Development Finance Co. afirmou que procurou possíveis investimentos na região, mas não achou nenhum novo projeto que queira tocar.

O governo do Congo está completando uma revisão dos regulamentos de mineração. O país, rico em cobre, cobalto e níquel, vem sendo dilacerado por guerras civis e corrupção. Madagascar trabalha em uma nova lei que deverá elevar royalties em novos projetos de 2% para algo entre 5% e 10%. "As pessoas acham que não se beneficiam da mineração e isso pode levar a conflitos trabalhistas", disse a ministra das Minas do país, Daniella Randriafeno.

A AngloGold não é a única que está assumindo uma postura de cautela em Mali, onde a França iniciou uma campanha militar em janeiro para expulsar grupos militantes islâmicos de cidades ao norte do país.

"A situação pode não ser resolvida tão rápido quanto se acredita", disse Nick Holland, diretor-presidente da Gold Fields Ltd, que está explorando ouro em Mali. A GoldFields retirou seus funcionários de suas minas em Mali, enquanto o diretor-presidente da AngloGold, Richard Duffy, disse que sua empresa adiaria o estudo de um novo projeto no país "até que as coisas fiquem mais claras".

A Vale SA, maior produtora de minério de ferro do mundo, decidiu em outubro parar um projeto de mineração em Guiné e esperar o governo revisar os contratos. A BHP também está reavaliando seu projeto no Monte Nimba, na Guiné.

A África tem 80% das reservas mundiais de platina, 66% das de diamante e 56% das de cobalto, segundo consultores e analistas. "Se você é uma mineradora séria, não pode ignorar a África. Há duas grandes áreas pouco exploradas no mundo, a África e a Sibéria, e a Sibéria está fechada", diz Magnus Ericsson, diretor da consultoria sueca Raw Materials Group.

Brasil fecha só 3 acordos de comércio em 20 anos. Raquel Landim - O Estado de S.Paulo. 16/02/2013

No período, fracassou a Rodada Doha e o País abriu mercado somente para Israel, Palestina e Egito; para analistas, governo Dilma Rousseff envia sinais confusos

Israel, Palestina e Egito. E apenas o primeiro está em vigor. Esse é o saldo de acordos de livre-comércio selados pelo Brasil desde 1991, quando se tornou membro do Mercosul. Nessas duas décadas, houve uma explosão de acordos bilaterais e regionais no mundo. Para os analistas de política comercial, os números mostram que o Brasil ficou para trás.

O anúncio na semana passada das negociações entre Estados Unidos e União Europeia para formar a maior zona de livre-comércio do planeta aumentou a pressão sobre o governo brasileiro, que adota uma postura cautelosa na área comercial por conta do tamanho e da complexidade da economia local.

"Nesse período, o mundo se mexeu muito, inclusive na nossa região", diz Soraya Rosar, gerente executiva da unidade de negociações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI). "O Brasil está fora das grandes cadeias produtivas."

Dados compilados pela Organização Mundial de Comércio (OMC) mostram que, até 10 de janeiro deste ano, 543 acordos bilaterais ou regionais haviam sido notificados (contando mercadorias e serviços em separado). Desses, 354 estavam em vigor - e pelo menos metade foi estabelecida de 2003 para cá.

Essa explosão de acordos bilaterais é uma consequência do fracasso das negociações da Rodada Doha, da OMC, que pretendiam derrubar barreiras ao comércio global, principalmente na área agrícola. "Estamos assistindo a substituição de Doha por um processo regional. E, em um mundo que se regionaliza, o Brasil tem poucos acordos", diz Sérgio Amaral, ex-ministro do Desenvolvimento.

Os Estados Unidos possuem hoje 14 acordos de livre comércio em vigor e estão com duas grandes negociações em curso: o acordo com a União Europeia e uma aliança entre os países do Oceano Pacífico, com exceção da China. A UE também tem em vigor 32 acordos, e até mesmo a China, que desperta medo nos países, já assinou 15 tratados.

Vizinhos. Na América do Sul, os acordos proliferaram. Peru e Colômbia seguiram o caminho de Chile e México e selaram, respectivamente, 12 e 11 acordos de livre-

comércio, incluindo EUA e UE. Os chilenos abriram o mercado para 21 países, enquanto os mexicanos assinaram 13 acordos, conforme estudo da CNI.

De acordo com analistas, os países andinos estão colhendo os bons frutos da abertura de mercado. No ano passado, segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), as economias de Chile, Peru e Colômbia avançaram, respectivamente, 5%, 6% e 4,3%. Já o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil deve ter subido 1%.

Fontes do governo ponderam que os países andinos tem características muito distintas do Brasil, uma economia grande e complexa. Chile, Peru e Colômbia são dependentes das vendas de algumas poucas commodities e não possuem uma indústria desenvolvida - por isso, tem facilidades para fechar acordos.

"Um acordo bilateral não resolve tudo para um país com as características do Brasil. A opção multilateral é a mais correta, porque é o único fórum onde se pode discutir subsídios agrícolas", diz uma fonte. Um dos motivos do pouco esforço brasileiro em fechar acordos bilaterais nos últimos anos foi exatamente a concentração dos esforços na Rodada Doha, da OMC.

Ao deixar as negociações bilaterais em segundo plano, o Brasil fechou acordos de livre comércio apenas com Israel, Palestina e Egito e tratados de preferências tarifárias limitados com Índia e África do Sul. Além disso, em uma iniciativa controversa, trouxe a Venezuela para o Mercosul. A abertura efetiva do mercado venezuelano interessa à indústria brasileira, mas só deve estar completa em 2018.

Para Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda, o Brasil não tem condições de avançar nas negociações internacionais, por conta da perda de competitividade da indústria: "Estamos paralisados por uma profunda crise de competitividade. Vamos levar anos para nos recuperar." O problema é que, enquanto isso, o mundo não para.

Para governo, país será prejudicado por acordo entre EUA e EU. Renata Agostini – Folha de São Paulo. 16/02/2013

Indústria nacional perderá competitividade externa se área de livre-comércio prosperar

A negociação entre os EUA e a União Europeia (UE) para a formação de uma área de livre-comércio preocupa setores do governo brasileiro.

A avaliação é que o Brasil sairá inevitavelmente prejudicado caso o acordo prospere, diante das vantagens que as empresas americanas e europeias ganharão com barreiras comerciais menores.

Uma equipe do Itamaraty começou a mapear os impactos da área de livre-comércio e o relatório deve ficar pronto nas próximas semanas.

Com o crescimento das vendas para a China, principalmente de commodities (como minério e soja), a participação dos EUA e da União Europeia nas exportações de produtos brasileiros caiu de forma significativa nos últimos cinco anos.

Juntos, os dois mercados absorveram mais de 40% das exportações brasileiras em 2007. Em 2012, compraram pouco mais de um terço.

A perspectiva de que as duas potências iniciem as discussões já em junho deste ano assusta técnicos do governo. O debate pode monopolizar as atenções das autoridades europeias, relegando a segundo plano as conversas para a criação da área de livre-comércio entre o Mercosul e a UE, iniciadas em 1999.

Segundo um técnico do governo a par das negociações, o Brasil pode acabar pagando o preço pela demora em avançar no acordo.

Após seis anos de interrupção, as conversas foram retomadas em 2010. Na prática, portanto, o Brasil já poderia ter formulado sua proposta e a levado para apreciação dos demais membros do bloco.

Em setembro do ano passado, a Camex (Câmara de Comércio Exterior) decidiu abrir uma consulta pública sobre o tema antes de levar adiante novas conversas com os parceiros do Mercosul.

Segundo apurou a Folha, na análise de técnicos do Ministério do Desenvolvimento e do Itamaraty, a iniciativa retardou ainda mais o processo, já que não se trata de um trâmite obrigatório.

O plano agora, acertado em janeiro deste ano entre autoridades dos dois blocos, é que os países do Mercosul entrem em acordo sobre o que irão propor à União Europeia até o quarto trimestre de 2013.

Segundo o Itamaraty, o anúncio das negociações entre EUA e UE não vai acelerar as negociações do Mercosul com os europeus e o cronograma anterior será mantido.

G20 afirma que crescimento global ainda é 'muito fraco' – Folha de São Paulo. 17/02/2013

Apesar de o risco de uma crise bancária na Europa ter sido afastado, os países do G20 destacaram após dois dias de reuniões em Moscou que "riscos importantes permanecem", o crescimento global "ainda é muito fraco" e o desemprego é "inaceitavelmente elevado em muitos países".

Esse cenário, na avaliação do G20, deve acentuar a concessão de estímulos monetários por parte dos países ricos numa tentativa de retomar o crescimento. O efeito colateral será a desvalorização das principais moedas do mundo.

Comitiva de El Salvador conhece programas do MDS – Site do MDS. 18/02/2013

Ações de segurança alimentar e nutricional despertam interesse de representantes do governo do país centroamericano

Representantes de El Salvador estiveram nesta segunda-feira (18) no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para conhecer os programas de segurança alimentar e nutricional executados pelo governo brasileiro. Dentre as iniciativas desenvolvidas, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) foi o que mais chamou a atenção da diretora executiva do Consejo Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional (Conasan), Ana Daysi Cardoza de Marquez; da assessora do Ministério da Agricultura, Clara Norma Argueta de Manzanares; e do diretor do Ministério da Educação, Renzo Valencia.

Pepe Vargas e vice-presidente do Zimbábue debatem cooperação entre países – Site do MDA. 18/02/2013

A cooperação entre Brasil e Zimbábue para fortalecer a agricultura familiar dos países foi assunto de reunião entre o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e a vice-presidente do país africano, Joice Mujuru, nessa segunda-feira (18), no Itamaraty, em Brasília. O programa Mais Alimentos Internacional, o apoio à cadeia produtiva do leite, a assistência técnica aos produtores e as iniciativas para melhorar a gestão dos estabelecimentos familiares e o enfrentamento à seca estiveram entre os temas abordados.

O ministro Pepe Vargas reforçou que a cooperação entre os países vai além do envio de máquinas pelo Brasil ao Zimbábue por meio do Mais Alimentos. “Queremos prestar assistência técnica, aliada à gestão que possibilite o aumento da produtividade e a renda das famílias, com ganho tecnológico e acompanhamento mais eficiente”, afirmou. Pepe citou o programa Mais Gestão, do MDA, que presta assistência técnica a cooperativas e associações para que capacitem a acessar os mercados.

Ainda sobre o Mais Alimentos Internacional, o ministro reiterou que a modalidade Supplier's Credit pode ser utilizada pelo país africano para agilizar o envio das máquinas. A carta de crédito é a modalidade de pagamento mais difundida no comércio internacional, pois oferece maiores garantias, tanto para o exportador como para o importador.

A vice-presidente do Zimbábue, Joice Mujuru, destacou que o país busca o acesso à mecanização para aumentar a produtividade da agricultura familiar do país. Joice afirmou que entre as estratégias para o desenvolvimento do país está a capacitação dos agricultores familiares e suas organizações. A vice-presidente também manifestou interesse em conhecer as ações do governo brasileiro no combate aos efeitos da seca, já que o Zimbábue também sofre com períodos de estiagem que prejudicam a produção agropecuária.

Pepe citou algumas das ações e programas para amenizar esses efeitos como a construção de cisternas e barragens e o Garantia-Safra, que é a modalidade de seguro simplificada concedida para agricultores de municípios que sofreram perdas de produtividade e, conseqüentemente, de renda.

Mais Alimentos apoia venda de tratores a Cuba. Carine Ferreira – Valor Econômico. 18/02/2013

O Mais Alimentos Internacional, braço voltado a negócios no exterior do programa do governo que financia investimentos na modernização de propriedades rurais familiares, poderá deslançar neste ano. Marco Antonio Viana Leite, coordenador do Mais Alimentos como um todo, prevê que os primeiros embarques de máquinas de empresas brasileiras para Cuba vão ocorrer ainda neste primeiro semestre.

O país é o que está mais adiantado nas negociações. Já foi assinado um memorando de entendimento e enviada, pelo Brasil, uma lista de produtos que podem ser financiados. Falta o retorno de Cuba com os pedidos, que tendem a incluir tratores de menor potência e implementos. A concretização dessas vendas representará o início "oficial" do Mais Alimentos Internacional depois de três anos das primeiras discussões e memorandos assinados. Além de Cuba, três países da África (Gana, Zimbábue e Moçambique) negociam participar do programa brasileiro.

Em dezembro, foram publicadas duas portarias que criaram o Mais Alimentos Internacional e estabeleceram suas regras, discutidas com o setor produtivo. Outros seis países africanos estão em processo de discussão para participar do programa, cujos acordos devem ser fechados em breve, conforme Leite. Os recursos vêm do Proex, cujo agente financeiro é o Banco do Brasil. Há mais de R\$ 400 milhões no orçamento do Mais Alimentos Internacional.

As garantias a serem apresentadas pelos países interessados serão recebíveis aceitos pelas fabricantes. Um banco local (público ou privado) emite uma carta de crédito ao Brasil com o valor das máquinas que serão exportadas. Uma trading faz o processo de exportação e intermedeia a negociação. O Banco do Brasil paga diretamente à trading, que repassa o dinheiro para as indústrias.

Quando houver pedido dos países, a quantidade será dividida em cotas igualitárias e, dependendo do número de máquinas demandadas, as empresas melhor classificadas vão participar do processo a partir de condições apresentadas, como assistência técnica no país que adquirir os produtos.

Milton Rego, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), lembra que há grande expectativa sobre o programa. Rego estima uma demanda inicial em torno de 500 tratores por país, além de outros equipamentos e implementos.

No âmbito nacional, o Mais Alimentos será reavaliado para sanar gargalos. Um deles é a demora na liberação de crédito em algumas regiões, e outra necessidade é melhorar a assistência técnica. Também se cogita reduzir a atual taxa de juros, de 2% ao ano para 1%. Um estudo prévio sobre o programa, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, deverá ser concluído em maio próximo.

Além disso, uma pesquisa minuciosa deverá ser iniciada no segundo semestre deste ano. "Até o início de 2014 esperamos ter algo mais detalhado", afirma Leite. Nesta safra 2012/13, iniciada em julho, foram aplicados dentro do Mais Alimentos entre R\$ 2,6

bilhões e R\$ 2,7 bilhões. Em toda a temporada, que termina em junho, o montante deverá superar R\$ 3,5 bilhões, ante os R\$ 3,2 bilhões de 2011/12.

Leite pondera que o número de contratos tem crescido mais que o valor, em decorrência do aumento, desde o segundo semestre do ano passado, do limite de crédito para R\$ 130 mil por ano-safra - quem já utilizou a linha, pode ter esse limite ampliado em R\$ 70 mil.

AGCO deve inaugurar primeira fábrica na África neste semestre. Carine Ferreira – Valor Econômico. 21/02/2013

A fabricante americana de máquinas agrícolas AGCO avança com os planos de ampliar a sua participação na África. A companhia mantém o plano de investir US\$ 100 milhões até 2015 no estabelecimento de fazendas-modelo no continente e deve começar a operar, ainda no primeiro semestre, a primeira planta industrial para a fabricação e montagem de tratores na Argélia, em parceria com o governo local.

A base do produto para esta unidade será um modelo da marca Massey Ferguson fabricado no Brasil. Está prevista a produção de cerca de mil unidades para 2013, todas de baixa potência - de 60 a 100 cavalos.

Uma das três maiores fabricantes de máquinas para a agricultura, a AGCO faturou US\$ 9,962 bilhões no ano passado, um aumento de 13,6% sobre 2011.

No ano passado, o grupo abriu um escritório comercial na África do Sul. A companhia também está finalizando uma nova operação de peças de reposição em parceria com um representante do país africano, a Barloworld. O negócio será gerenciado pela AGCO e deverá atender países da região, como Angola, Moçambique e Zâmbia.

Em 2012 também foi inaugurada a primeira fazenda-modelo da empresa na Zâmbia com o objetivo de incentivar a mecanização no continente. A AGCO pretende ver se o "conceito" vai trazer os resultados esperados. A empresa avalia a possibilidade de abertura de fazendas-modelo em outros países, como Moçambique, Nigéria, Senegal e Etiópia, em parceria com governos e empresas, mas ainda sem previsão de início dos trabalhos nesses locais.

A empresa avalia que hoje faltam assistência técnica e funcionários preparados para operar as máquinas, que muitas vezes ficam "encostadas" por falta de peças e manutenção adequada.

A presença em território africano reforça a expectativa da empresa de crescimento do mercado local. "De repente, daqui a dez anos aumenta o mercado como no Brasil", afirma André Carioba, vice-presidente sênior da AGCO para a América do Sul, referindo-se à grande expansão do mercado doméstico de máquinas agrícolas nos últimos anos.

No ano passado, as exportações da AGCO para o continente africano totalizaram 1,88 mil máquinas - 588 unidades para Marrocos e 1.301 para a África do Sul, sendo 564 embarcadas pela empresa no Brasil.

O crescimento do continente africano está atrelado ao potencial da agricultura, na avaliação de Carioba, que também vê avanços na democracia e mais "solidez" em algumas nações.

O mercado africano, porém, ainda apresenta grandes oscilações de demanda. Em 2008, Marrocos chegou a ser o país que recebeu mais máquinas agrícolas do Brasil, com um pedido em torno de duas mil unidades, conforme Carioba. Mas, no ano seguinte, a procura caiu drasticamente e ficou próxima de zero.

As fazendas-modelo poderão ser estendidas a outros países, como Rússia, Ucrânia e Cazaquistão, mas nenhuma decisão foi tomada ainda. "Vai depender de render alguns frutos, mas estamos muito abertos a dar continuidade", afirma Carioba.

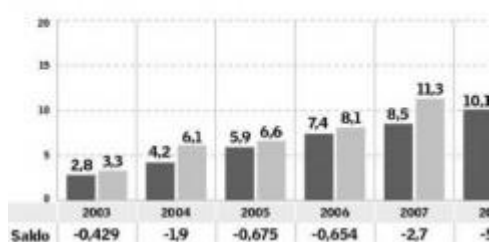
Diferentemente da África, o mercado já "desenvolvido" no Brasil carece de mão de obra especializada e disponibilidade para atuação em áreas mais remotas do país. Atualmente, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), a AGCO realiza treinamento de longa distância, itinerante, feito com equipamentos dentro de uma carreta. Já foram investidos neste projeto cerca de R\$ 500 mil. Para este ano, estão previstos mais R\$ 300 mil.

Brasil quer conter presença chinesa na África. Fernando Exman – Valor Econômico. 20/02/2013

O governo federal quer aproveitar a viagem que a presidente Dilma Rousseff fará nesta semana à África para tentar reforçar ainda mais a presença das empresas brasileiras na região. O desafio, entretanto, é grande: além do desconhecimento de parte considerável do empresariado sobre as potencialidades do mercado africano, as empresas brasileiras precisam enfrentar a concorrência de outras companhias estrangeiras, principalmente da China. Está em jogo um mercado de aproximadamente 1 bilhão de consumidores, com demanda em alta pelos mais vários tipos de bens e serviços e um crescimento econômico superior à média mundial.

Dilma participará na sexta-feira da cúpula América do Sul - África (ASA), em Malabo, Guiné Equatorial. O tema do encontro é justamente o fortalecimento da cooperação entre países em desenvolvimento. Em seguida, ela desembarcará na Nigéria, parceiro considerado estratégico no continente.

Comércio Brasil x África
Evolução entre 2003 e 2012, em US\$ bilhões



"A China tem ganhado participação na África. Mas, em termos de comércio, o crescimento da participação da China na África não é em detrimento da participação brasileira. O Brasil também cresceu seu 'market share' em detrimento de outros", disse a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Tatiana Prazeres, destacando que a participação do continente africano nas exportações brasileiras passou de 3,9% para 5% entre 2003 e 2012 e as importações permaneceram em 6% do total no mesmo período.

Na avaliação de autoridades brasileiras, a oferta de linhas de crédito vem tendo um papel estratégico na disputa pelo mercado africano e os ambiciosos programas de financiamento da China têm feito a diferença. Como consequência, um grupo de trabalho coordenado pela Presidência da República discute novas formas de impulsionar o comércio com o continente africano. Um dos aspectos discutidos é o lançamento de mecanismos de financiamento.

Em 2010, registra um estudo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a China substituiu o Banco Mundial (Bird) como principal fonte de financiamento dos países africanos. Entre 2001 e 2010, os empréstimos concedidos à África pelo Exim Bank chinês, instituição voltada ao fomento às exportações e importações do país asiático, foram estimados em US\$ 67,2 bilhões. Já os financiamentos do Banco Mundial nesse mesmo período totalizaram US\$ 54,7 bilhões.

O próprio Banco Mundial já analisou a questão. No relatório "Construindo pontes: O papel crescente da China como financiadora da infraestrutura da África Subsaariana", de 2009, o Bird mostrou que o crescimento do comércio entre a China e a África foi acompanhado por uma maior ajuda econômica oferecida pelo país asiático a partir de 2001. Em contrapartida, diversas obras de infraestrutura executadas pelos chineses na África têm como garantia ou são pagas com petróleo, minério de ferro, cromo ou cacau, diz o Bird. Hoje, a China é o principal fornecedor do continente, e encontra na África um destino para os seus produtos de alto valor agregado. O país asiático também se consolida como o maior comprador de produtos africanos, ultrapassando os Estados Unidos.

A China demonstra que pretende manter tal papel. Em agosto de 2012, anota o estudo do Ministério do Desenvolvimento, o país anunciou a concessão de crédito de US\$ 20 bilhões em três anos para projetos de infraestrutura, agricultura e desenvolvimento na África.

Num ritmo mais tímido, o Brasil também tem disponibilizado apoio às exportações à região. Entre 2008 e 2012, por exemplo, o valor desembolsado por programas oficiais alcançou US\$ 4,8 bilhões.

O Brasil ainda mantém uma série de programas de cooperação técnica com o continente. Cerca de 150 iniciativas em aproximadamente 40 países são mantidas pelo Brasil, segundo o Itamaraty.

Outro sinal da maior aproximação entre o Brasil e a África é o crescimento do total de empresas brasileiras que atuam no comércio bilateral. Enquanto o total de empresas brasileiras exportadoras caiu nos últimos anos, o número de empresas que vendem para

a África subiu 39% entre 2003 e 2012, para 3.810. Já as empresas que importam produtos africanos totalizaram 1.739 em 2012, alta de 84%.

O Ministério do Desenvolvimento também prevê uma alta nas exportações de serviços por parte de empresas brasileiras e, conseqüentemente, uma elevação dos embarques de bens relacionados a esses projetos. Nas contas do ministério, cada US\$ 100 milhões em exportações de serviços geram US\$ 30 milhões em exportações de equipamentos e outros produtos.

"Esses investimentos brasileiros na África puxam consigo exportações de bens que de outra maneira dificilmente ocorreriam", afirmou Tatiana Prazeres, destacando ser uma característica da balança comercial Brasil-África a atuação de "trading companies" de propriedade das construtoras brasileiras. "As exportações são feitas por uma empresa, a comercial exportadora, que traz produtos de empresas de menor porte."

OMC investigará protecionismo no Brasil. Jamil Chade – O Estado de S. Paulo. 21/02/2013

Técnicos da Organização Mundial do Comércio vão analisar as leis criadas no País que são consideradas protecionistas

Uma missão da Organização Mundial do Comércio (OMC) desembarca no próximo fim de semana no Brasil para examinar a política comercial da presidente Dilma Rousseff, numa ação que colocará em evidência as medidas consideradas como protecionistas por parte do governo.

A investigação da OMC tem como objetivo preparar um informe sobre a situação do Brasil e que será apresentado aos demais integrantes da entidade no fim de junho, em Genebra. Na ocasião, governos de todo o mundo poderão questionar as práticas comerciais do Brasil.

A revisão da política brasileira é realizada pela OMC a cada quatro anos e serve como uma espécie de sabatina para apontar os desafios e as medidas que poderiam ser consideradas como irregulares.

Em 2009, por exemplo, governos de todo o mundo enviaram mais de 530 perguntas ao Itamaraty e parte dos ataques se referiam à elevação de tarifas no Brasil. A média de impostos passou de 10,4% para 11,5% entre 2005 e 2009, diante da elevação de tarifas de importação para têxteis de calçados.

Em 2004, a OMC sugeriu que o Brasil acelerasse a liberalização de seu mercado para crescer a taxas mais altas. Desde então, o que ocorreu foi o contrário, segundo os governos que enviaram questões ao Itamaraty.

Agora, técnicos da OMC vão se debruçar nas leis criadas pelo Brasil, nos últimos meses, consideradas por países ricos como protecionistas. Isso inclui a elevação de impostos de importação e a isenção de impostos para empresas que fabriquem seus produtos dentro do mercado brasileiro. Outro ponto que a OMC deve avaliar é o

impacto da valorização do real nas importações, além do peso do BNDES e de subsídios locais para a produção.

Nos últimos meses, governos como o dos EUA, Europa, Coreia do Sul, México e Japão foram críticos à posição do Brasil no comércio internacional, denunciando uma escalada de tarifas e barreiras.

Segundo diplomatas em Brasília, não seria uma surpresa se a OMC lidar com alguns desses casos em reuniões que vai manter com o Itamaraty, com o Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior e com o Ministério da Fazenda a partir de segunda-feira.

Diplomático, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, tem evitado fazer críticas diretas ao Brasil. Mas vem insistindo que "o protecionismo não garante proteções" e alertando que a elevação de tarifas pode ser prejudicial para a economia importadora.

Campanha. O comportamento do governo brasileiro também já aterrizou na campanha para a disputa do cargo máximo da OMC. O candidato mexicano, Hermínio Blanco, atacou diretamente algumas das propostas brasileiras, acusando Brasília de protecionismo.

"Temos de manter a OMC como uma organização que defenda o comércio", disse. O candidato ainda criticou a decisão do Brasil de suspender o acordo automotivo com o México. "O acordo foi útil para gerar empregos e sua suspensão só mostra como é importante que, em eventuais acordos futuros, teremos de prever mecanismos de solução de disputa para que governos pensem duas vezes se querem sair de um tratado."

Diante da imagem do Brasil, o próprio candidato brasileiro para a liderança da OMC, Roberto Azevedo, optou por se distanciar da posição comercial do governo de Dilma Rousseff, insistindo que, se for eleito, defenderá a visão do conjunto de países.

Para o exame da OMC, porém, o Brasil já está com suas respostas prontas. A elevação de tarifas não foi feita de forma irregular, já que o imposto cobrado ainda está dentro das margens permitidas ao País. Além disso, o Itamaraty deixará claro que os demais países não têm do que se queixar: desde a elevação das taxas, as importações continuaram crescendo e que, portanto, as novas barreiras não eram proibitivas. O governo mostrará que as importações crescem a um ritmo superior às exportações nos últimos meses.

O acordo EUA-UE é mais do que comércio. Sergio Amaral – O Estado de São Paulo. 22/02/2013

A abertura de negociações entre os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE) para a conclusão de uma Parceria Transatlântica de Comércio e Investimentos tem um sentido estratégico e traz significativas implicações para o Brasil. O objetivo é a eliminação das barreiras para a circulação de bens e serviços entre os dois blocos econômicos.

Como as tarifas e cotas já foram substancialmente reduzidas, o núcleo da negociação

estará nas barreiras não tarifárias e nos padrões de comércio. Uma vez que EUA e UE representam a metade do produto mundial e 30% do comércio, essa iniciativa criará a maior zona de comércio do mundo. Os padrões que estabelecer valerão para os que quiserem exportar para o novo bloco, ou seja, todo o mundo.

Mas o acordo não se limita ao comércio. Ele tem claras conotações políticas. É a primeira resposta concertada das duas principais potências econômicas à pressão competitiva da China. O presidente dos EUA, Barack Obama, já havia sinalizado a orientação estratégica de seu governo. Retirou tropas do Iraque e iniciou o desengajamento no Afeganistão. Deslocou o foco de sua política de segurança do Oriente Médio para o Pacífico. Reposicionou frotas, reforçou bases militares e revitalizou as alianças com países asiáticos. Por fim, orquestrou uma nova Parceria Transpacífica, que cria uma zona de comércio entre a Ásia e as Américas, da qual já se dispõem a participar México, Colômbia, Peru e Chile.

E como fica o Brasil diante da expansão das preferências regionais? Não participamos de nenhum dos blocos em formação. Nossos esforços se concentram na América Latina e não estão avançando. O comércio intralatino-americano representa apenas 18% do total da região. A América do Sul está dividida em três visões distintas de integração, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a Aliança Bolivariana para as Américas (Alba) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Este está paralisado do ponto de vista institucional e retrocede em termos econômicos relativos. As trocas dentro da sub-região representam hoje apenas 12% do total, depois de já terem alcançado 17%.

O Brasil não soube perceber a tempo a magnitude das transformações em curso. Em decorrência, cometeu dois erros estratégicos. O primeiro foi colocar todas as fichas na Organização Mundial do Comércio (OMC), mesmo quando a Rodada Doha já dava os sinais de que agonizava. Hoje ela está morta e, mais do que isso, o mecanismo das rodadas de negociação patrocinadas pelo Gatt/OMC parece esgotado. Como é possível promover uma desgravação generalizada com a participação da China, se a maioria de seus parceiros não consegue competir com ela, apesar das proteções atuais? Além disso, a tendência do comércio será a de levar em conta não mais produtos e fronteiras apenas, mas as cadeias produtivas, das quais, aliás, pouco participamos.

Diante do fracasso de Doha, o mundo regionaliza-se. Durante a crise, a Europa lutou por todos os meios para proteger e aprofundar sua integração. A África, historicamente, mantém laços de comércio e investimento privilegiados com a Europa. Os EUA constituíram a Alca. A integração na Ásia deu-se no mercado, já que não era possível juntar Japão, China e Índia num acordo de governos. O comércio intra-asiático já representa 53% do comércio total da região.

Enquanto muitos países, inclusive na nossa vizinhança, concluíam inúmeros acordos, como mostra o levantamento feito por este jornal na edição de domingo, o Brasil limitou-se a três acordos de livre-comércio e outros tantos de preferências tarifárias. Em alguns, os mercados são inexpressivos, como Israel e Palestina. Em outros, o acordo é modesto, como é o caso da Índia.

O segundo equívoco, associado ao primeiro, está em não termos concluído ainda as negociações Mercosul-UE, iniciadas há mais de dez anos. As justificativas para tal lentidão não procedem. Individualmente, nenhum setor da indústria quer abrir-se às

importações. Mas diante da determinação do governo e sob condições adequadas, as indústrias se ajustam e participam da negociação, com mais razão neste caso, em que foram previstas medidas cautelares mais amplas, como salvaguardas especiais e um período de carência de até 15 anos.

A relutância da Argentina tampouco é um argumento convincente. Não existe no Tratado de Assunção nem nos acordos posteriores cláusula alguma que impeça uma negociação em duas velocidades, como foi feito no caso do México. A restrição a uma negociação em separado consta apenas de uma resolução do Conselho de Ministros, que, assim como foi colocada, pode ser retirada, pois não foi objeto de ratificação parlamentar. Não há esperança de concluir nenhum acordo de comércio relevante juntamente com a Argentina enquanto a presidente Cristina Kirchner estiver no governo, pois suas políticas econômicas conduzem ao fechamento da economia.

O cenário que se desenha no comércio internacional é desfavorável às exportações brasileiras. O alto custo de produção no Brasil se adiciona às centenas de preferências comerciais que estão sendo concedidas e das quais não nos beneficiamos. Vivemos um quadro de clara desvantagem comparativa, sobretudo para as exportações de manufaturados. A balança comercial só não se deteriorou em razão da alta competitividade do agronegócio. Mas mesmo este setor poderá ser afetado. Uma vez concluído o acordo EUA-UE, será mais difícil concorrer com as exportações norte-americanas para a Europa.

O Brasil resente-se da falta de uma visão estratégica sintonizada com as profundas transformações no cenário internacional. Vivemos num mundo cada vez mais competitivo, em que será preciso avançar acelerada e simultaneamente no esforço interno para assegurar custos mais baixos de produção e no externo, para obter preferências comerciais. O início das negociações entre os dois maiores blocos econômicos torna essa tarefa ainda mais urgente.

Sergio Amaral é diretor da Faap e foi Ministro do Desenvolvimento.

África vai pedir em cúpula ajuda de Dilma

Países africanos querem a criação de fundo em que Brasil seria o maior investidor. Lisandra Paraguassu - O Estado de S.Paulo. 22/02/2013

A presidente Dilma Rousseff será recebida, hoje, na Guiné Equatorial, com insistentes pedidos de 54 representantes de países africanos para que o Brasil concorde com a criação de um fundo de cooperação para financiar programas na região.

Em plena crise econômica internacional, a 3.^a Cúpula África/América do Sul (ASA) se dividiu nos últimos dias entre pobres e não tão pobres - os que se beneficiariam do fundo e quem teria a obrigação de ser o financiador. Maior economia das duas regiões, o Brasil deixou claro sua posição: tem limitações financeiras e não acha a ideia, levantada em 2009 na Venezuela, tão boa assim.

O assunto foi discutido nas reuniões prévias, durante os encontros de chanceleres. "O Brasil contribui hoje em projetos de cooperação que beneficiam 40 países africanos.

Como país temos limitações financeiras", afirmou o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, em seu discurso. "Estou convencido de que temos de investir nosso tempo e esforços na elaboração de bons projetos que possam ser executados pelas estruturas de colaboração já existentes. Para bons projetos não faltarão recursos."

A intenção dos africanos é que o fundo seja formado por doações voluntárias dos países dos dois continentes. O que se espera, no entanto, é que os mais ricos - Brasil principalmente, mas também Venezuela, Colômbia e Argentina - sejam os maiores financiadores. Além disso, pedem os africanos, teria de ser criada uma estrutura permanente, uma secretaria da ASA, para manejar os recursos, algo que o Brasil também não vê necessidade.

Caminhos. Mais tarde, em conversa com jornalistas brasileiros, Patriota disse que a ASA precisa "encontrar caminhos e se consolidar, estruturando-se melhor" e essa não é a discussão principal agora. Para evitar o confronto direto, o Brasil deve propor uma solução diplomática: a criação de um grupo de trabalho para analisar o fundo, e deve ser acompanhado por Venezuela e Colômbia, os dois outros países sul-americanos que possivelmente seriam financiadores do suposto fundo.

Apesar da maior parte dos países africanos ter crescido acima da média mundial nos últimos anos e muitos deles terem riquezas como petróleo e outros minerais, a discrepância econômica e social entre as duas regiões ainda é evidente. Enquanto os sul-americanos miram o comércio - especialmente as exportações para a África -, os africanos pedem cada vez mais cooperação. Hoje, o Brasil já dedica metade dos seus recursos para cooperação com os africanos e avalia que, no momento, não poderia financiar ainda mais através de um fundo que não se sabe como seria gerido e sobre o qual não teria o controle que acredita necessário.

A presidente, que chega hoje de madrugada a Malabo, não deverá ceder aos apelos dos líderes africanos. Apesar do professo desejo de estreitar as relações com o continente, o recado de Dilma foi dado através dos seus auxiliares: o Brasil tem limitações e a América do Sul ainda é uma zona também em desenvolvimento.

O Brasil visto pelo G-20. Editorial - O Estado de S.Paulo. 23/02/2013

A economia brasileira crescerá 3,5% neste ano e 4% no próximo, acertando o passo com a economia mundial depois de dois anos desastrosos, mas o País continuará bem atrás de outros emergentes, segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esses números foram apresentados em reunião ministerial do Grupo dos 20 (G-20) no último fim de semana, em Moscou. Nem autoridades de Brasília, apesar de inclinadas a bravatas, têm formulado publicamente previsões muito mais otimistas. Mesmo a expansão estimada para 2013 e 2014, embora modesta, dependerá de condições ainda incertas. Uma das mais importantes será uma rápida elevação do investimento em máquinas, equipamentos, instalações produtivas, estradas, portos e outros componentes da infraestrutura. Segundo o material preparado pelo Fundo para a reunião, o investimento realizado pelos emergentes - e isto inclui a América Latina - aumentou mais rapidamente que o Produto Interno Bruto (PIB) desde o começo da crise, em 2008, e assim deverá continuar pelo menos até 2016.

O ingresso de capitais estrangeiros tem ajudado os países da região a investir mais. Mas os grandes números escondem diferenças importantes. Se as cifras do Brasil fossem discriminadas, o País certamente apareceria mal na foto dos investimentos, apesar do ingresso ainda volumoso de recursos externos.

O FMI apresentou ao G-20 um documento sobre perspectivas econômicas e desafios e outro sobre investimentos e os recursos para financiá-los. No mundo rico, os mercados financeiros têm reagido, os maiores riscos de curto prazo foram superados e as políticas de ajuste avançam, mas os desafios de médio prazo permanecem, com algumas diferenças, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e no Japão. Um dos grandes desafios comuns continua sendo a adoção de planos claros e confiáveis de consolidação fiscal.

As condições dos emergentes são variadas, mas pelo menos um desafio se impõe a todos ou quase todos: reconstruir o espaço fiscal. As finanças públicas foram afrouxadas em muitos países, no esforço para atenuar o impacto da crise internacional. A estratégia deu certo na maior parte dos casos. Mas é preciso recompor as contas públicas. Diante de novas emergências, os governos terão muito menos espaço para agir.

Os economistas do Fundo repetem essa recomendação há algum tempo e destacaram algumas indicações no documento. O governo russo continuará dispondo de recursos do petróleo, mas deveria cuidar de outras fontes. A Índia precisa de uma "substancial reforma" para a consolidação fiscal a médio prazo. No caso do Brasil, a sugestão é continuar baseando a política nos esquemas atuais. Trata-se de uma óbvia referência ao sistema de metas desde 1999. Essa estratégia deu bons resultados, segundo a avaliação do Fundo, a tendência em Brasília, sabem os brasileiros, tem sido o afrouxamento dos critérios de superávit primário, de meta de inflação e de câmbio flutuante.

Mas os economistas do Fundo vão um pouco mais longe nas recomendações: com a recuperação da economia, as autoridades brasileiras deveriam começar a desfazer os estímulos monetários, para manter "as expectativas de inflação bem ancoradas".

Embora o documento sobre perspectivas globais tenha apenas dez páginas, há suficiente espaço para recomendações a todos os grupos de países. Nem as economias aparentemente bem comportadas, como a alemã, escapam de observações críticas - nesse caso, sobre a administração de sua demanda interna.

Para os economistas do Fundo e para sua diretora-gerente, Christine Lagarde, tem havido exagero na discussão sobre a chamada guerra cambial, assunto reavivado depois da recente desvalorização do iene. Mas o tema ganhou destaque na declaração final dos ministros do G-20: todos prometeram evitar o recurso a desvalorizações cambiais para tornar suas economias mais competitivas. Mas a promessa é vaga e nenhum grande banco central sujeitará sua política monetária a esse compromisso. Cuidar dos outros temas continua sendo muito mais produtivo.

Aliança do Pacífico se fortalece e Mercosul fica à sua sombra. Eliane Oliveira – O Globo. 24/02/2013

Enquanto o Mercosul, notadamente Brasil e Argentina, se fecha com medidas protecionistas e enfrenta dificuldades para encontrar novos sócios, México, Colômbia, Peru e Chile decidiram seguir um caminho mais curto para a integração comercial. Os quatro países, que em meados do ano passado criaram a Aliança do Pacífico, vão eliminar, até o próximo dia 31 de março, as tarifas aduaneiras de 90% do total de produtos comercializados entre suas fronteiras.

O novo bloco, que disputa com o Mercosul a adesão de mais países, assusta o empresariado brasileiro, que teme perder espaço para os mercados asiáticos, especialmente China, Coreia do Sul e Japão. Efeito semelhante pode ser esperado para Estados Unidos e União Europeia, que já mantêm tratados comerciais com alguns integrantes da Aliança do Pacífico, como México e Colômbia. As maiores perdas se dariam nos embarques de produtos industrializados.

Desvio de comércio

Para o diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Abijoadi, a tendência esperada é o desvio de comércio. Ou seja, as importações desses países vão se deslocar para outros mercados.

- A América do Sul é como se fosse nosso primeiro ponto de exportação, pela facilidade e mobilidade. Essa aliança não ficará só entre quatro países. Vai se lançar para novas direções - previu Abijoadi, lamentando o fato de o projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ter sido sepultado no início do governo Lula.

Já são aguardadas as adesões da Costa Rica e do Panamá à Aliança do Pacífico. Por sua vez, o Mercosul acaba de ficar maior com a entrada da Venezuela, fechou acordo com Israel e está em vias de concluir as negociações com países do Golfo Pérsico.

Segundo uma fonte do governo, com um projeto que pretende ter grande envergadura regional, com a atração de novos membros, a Aliança do Pacífico começa a rivalizar com os planos de integração do Mercosul. O Paraguai, por exemplo, suspenso do bloco do Cone Sul por causa do impeachment do então presidente Fernando Lugo, já vem insinuando, há algum tempo, que poderá se voltar para a Aliança do Pacífico. Os paraguaios já teriam solicitado sua participação como observadores.

Procurados, o Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior não se manifestaram formalmente sobre o novo bloco. A estimativa é que a Aliança do Pacífico corresponda a 40% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços) da América Latina.

Para o presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, a Aliança do Pacífico é uma iniciativa extremamente importante na América Latina. Vai ao encontro do mundo globalizado, que tem como ponto forte a internacionalização dos processos produtivos.

- Precisamos saber se o protecionismo não deixou de ser um instrumento eficaz de proteção da indústria nacional. À medida que as tarifas são elevadas, com políticas diferenciadas para produtos nacionais e estrangeiros, é inibida não só a importação de bens de consumo estrangeiros, mas também as compras no exterior de insumos - comentou Castro Neves.

Passos lentos no mercosul

De acordo com o presidente do Cebri, o Mercosul anda a passos lentos no processo de integração. Não é, sequer ainda, uma união aduaneira.

- Vamos perder mercado. O máximo que o Brasil conseguiu de participação no comércio mundial até agora foi de 2%. A perspectiva é continuarmos com esse papel modesto. O que tem salvado nossa balança comercial são os altos preços das commodities - completou.

Técnicos do governo reconhecem, em uma avaliação preliminar, que a Aliança do Pacífico aposta na diversificação de suas relações comerciais para conter o avanço chinês na região. No entanto, o mesmo bloco quer se beneficiar da demanda dos países da Ásia por commodities agrícolas e minerais.

Os acordos que o Brasil pode perder. Sergio Leo – Valor Econômico. 25/02/2013

É natural e legítimo o temor de que o Brasil fique à margem, e assista de longe a formação de um grande acordo transatlântico de comércio, anunciado pelos governos dos Estados Unidos e da União Europeia. Mas ainda há pouco conhecimento sobre a razão desse temor: o que são os acordos que, imagina-se, podem marginalizar o país.

"Muita gente está analisando essa negociação de um acordo do século XXI com paradigmas dos anos 70 do século passado, quando o acesso a mercados era o item principal", diz a professora Michelle Ratón Sanchez Badin, da Fundação Getúlio Vargas, autora de dois esclarecedores estudos comparativos sobre os acordos de comércio que proliferaram nos últimos anos (disponíveis na internet, nos endereços is.gd/SsEFLM e is.gd/8ex04b).

É consenso que a principal expectativa com o acordo entre europeus e americanos não está no acesso a mercados - a queda de tarifas de importação -, ainda que ela seja capaz de gerar ganhos econômicos expressivos. O prêmio mais cobiçado é a remoção de barreiras não tarifárias, regulatórias, de padronização existentes entre os dois parceiros. Na prática, tanto EUA quanto os europeus já vêm estabelecendo seus próprios padrões, aplicando-os em seus acordos comerciais, em alguns casos harmonizando-os na organização para Cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE), e no caso dos EUA, até influenciando decisivamente nas regras da organização Mundial de Comércio (OMC).

Novos acordos comerciais exigem nova especialização

Já na fracassada negociação da Área de Livre Comércio das Américas, na década passada, o Escritório Geral de Contabilidade (GAO, da sigla em inglês), órgão de apoio

ao poderoso Congresso americano, apontava a remoção dessas barreiras e o estabelecimento de normas - para compras governamentais, serviços, investimentos e propriedade intelectual - como os resultados de maior potencial de ganho para as empresas americanas.

A recusa em aceitar os padrões americanos em temas como proteção a investimento e propriedade intelectual foi um dos pontos de atrito entre Brasil e EUA na ALCA. Falida a negociação, o governo americano conseguiu exportar seu modelo, já adotado no México, a dez países da região com quem firmou acordos de comércio. Ele inclui temas de difícil aceitação no Brasil, como o privilégio a investidores estrangeiros para contestar medidas de governo que afetem investimentos, ou regras de propriedade intelectual que restringem severamente a fabricação de medicamentos genéricos ou cópias de conteúdo em meios eletrônicos.

É essa a nova fronteira explorada nos acordos de comércio assinados pelos países ricos - e não só por eles: Badin mostra que China e Índia já começaram a incluir esses novos temas, como compras governamentais, em seus próprios acordos comerciais.

Nas negociações dessas regras nos acordos firmados com os EUA, alguns países, como o Chile, usaram ambiguidades no texto dos tratados para ter margem de manobra. Assim, regras duríssimas de propriedade intelectual foram amenizadas pela legislação chilena. Mas o resultado foi que os EUA mantêm há 17 anos o Chile entre as prioridades da lista de países candidatos a sanções por desrespeito à propriedade intelectual e direitos de autor, conhecida como Special 301 - da qual o Brasil foi retirado recentemente. Entre os pecados chilenos está a liberdade para digitalização de livros em bibliotecas públicas e a recusa em aceitar o chamado "notice and take down" que obriga provedores de internet a tirar do ar, mesmo sem ordem judicial, sites acusados de infringir direitos de autor.

"Recebi dez lobistas diferentes dos EUA quando negociávamos o acordo, doutores em química, em informática, gente ilustrada", ironiza o ex-negociador chileno do capítulo de propriedade intelectual, o ex-ministro Álvaro Díaz, ex-embaixador do Chile no Brasil, hoje na Cepal. "Aprendemos muito, essas negociações ficaram extremamente especializadas." A regulamentação chilena é fonte constante de atrito com os EUA e, hoje, nota Díaz, o governo americano tenta endurecer os termos do acordo de propriedade intelectual na negociação da Parceria Transpacífico (TPP). "A negociação está dura, ninguém quer ceder e, no Chile, será uma batalha política", prevê Díaz.

A especialização exigida para negociar esses novos acordos é lembrada também por Michelle Badin, que alerta para um aspecto significativo: os negociadores americanos e europeus tornaram-se especialistas em garantir exceções nos compromissos de liberalização, para atender aos grupos de interesse de seus países. Essas exceções são embutidas discretamente, em anexos e notas de pé de página dos acordos, às vezes nem percebidas no momento da negociação. São frequentes nos acordos de compras públicas, que deveriam impedir discriminação de exportadores dos parceiros devido a exigências de conteúdo local.

Os EUA, por exemplo, excluem de acordos de compras governamentais algumas licitações dirigidas a pequenas e médias empresas. "Eles têm estudos sofisticados de quais setores têm como fornecedores essas empresas de menor porte, e podem assim

proteger esses mercados", comenta Badin. Enquanto o Chile conseguiu um acordo de compras públicas que abrange 30 Estados e o governo federal, o acordo com a Colômbia, mais recente, só inclui compras federais e de cinco estados.

Análises sobre efeitos do acordo EUA-UE sobre o Brasil terão de levar em conta que o país poderá se beneficiar de muitos dos resultados do embate negociador entre dois pesos pesados, como novas regras com mais transparência e agilidade nas alfândegas.

A difícil negociação para harmonizar regras e conceitos tão distintos quanto os europeus e americanos para alimentos, direito autoral e ambiente ressalta, porém, o quanto o Brasil está despreparado para esse novo cenário. A experiência mostra que, para firmar acordos comerciais, hoje, é preciso ter muita gente e ciência para saber exatamente o que se está concedendo e o que se está recebendo em troca.

Nigéria quer ajuda do Brasil para executar obras de infraestrutura. Fernando Exman – Valor Econômico. 25/02/2013

Principal parceiro comercial brasileiro na África, a Nigéria quer a ajuda do Brasil para deixar de ser apenas um país produtor e exportador de produtos básicos. O governo brasileiro considera estratégico o aprofundamento dessas relações, e vê a ideia como uma oportunidade para equilibrar a balança comercial bilateral. O assunto foi debatido em Abuja, capital da Nigéria, durante a visita de comitiva liderada pela presidente Dilma Rousseff.

Dinheiro não é problema para a Nigéria, diferentemente do que ocorre com grande parte dos países africanos. O petróleo, que em 2012 proporcionou à Nigéria superávit de US\$ 6,9 bilhões com o Brasil, garante recursos suficientes para executar obras de infraestrutura e outros investimentos.

"Eles [os nigerianos] estão atrás de uma coisa que nós também estamos. Nós queremos uma parceria em igualdade de condição, uma parceria que leve ao desenvolvimento e à melhoria de vida", disse Dilma, após reunir-se com o presidente nigeriano Goodluck Jonathan e assinar um acordo para que representantes de ambos os governos se reúnam a cada ano.

Em reunião com autoridades locais, o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, ouviu que a Nigéria quer atrair investimentos na área de processamento de alimentos, refino de petróleo e energia elétrica, por exemplo. Os nigerianos disseram também que pretendem construir três centros industriais próximos a aeroportos do país, o que geraria oportunidades para construtoras brasileiras interessadas em executar projetos de melhoria da infraestrutura logística desses locais e instalação de fábricas. Pimentel disse a seus interlocutores que organizará uma missão de empresários e investidores a Abuja ainda neste ano.

A fragilidade do sistema elétrico nigeriano é um dos gargalos de infraestrutura enfrentados pelo país. Abuja convive com frequentes apagões. Segundo fontes do governo brasileiro, a Eletrobras avalia a possibilidade de participar da estruturação do sistema elétrico do país. O setor também pode render negócios às construtoras

brasileiras, uma vez que o governo de Goodluck Jonathan quer aumentar a capacidade de geração e transmissão de eletricidade.

Empreiteiras brasileiras já prospectam novos negócios no país. A Andrade Gutierrez deve ser a primeira a abrir um escritório na Nigéria. "O potencial é enorme", disse ao **Valor** o diretor comercial da companhia, Amauri Pinha.

Outro segmento interessado em entrar no mercado nigeriano é o de exportação de frangos, hoje fechado aos fornecedores estrangeiros. O governo Dilma vê ainda oportunidades para os setores de calçados, têxteis e mineração.

Um dos riscos de atuação no mercado nigeriano é o que integrantes do governo brasileiro e empresários chamam de "práticas heterodoxas". Na Nigéria, como em vários países do continente, a corrupção é disseminada. Segundo empresários que atuam na região, a questão é cultural e muitas vezes não é uma prática para "destravar" negócios com o governo central. Frequentemente é uma forma de arrecadação usada por líderes locais, excluídos das instituições oficiais. A Nigéria, país mais populoso da África, conta com cerca de 250 etnias diferentes entre os seus 170 milhões de habitantes.

A sugestão de autoridades brasileiras é que os empresários fechem parcerias com companhias locais. "O empresário pode investir na Nigéria por meio de um joint venture por causa de algumas dificuldades do mercado nigeriano", recomenda o presidente da Associação Nigeriana de Câmaras de Comércio, Herbert Ademola Ajayi.

O autismo da política de comércio exterior – O Globo. 26/02/2013

Consta que a política externa de viés terceiro-mundista seguida pelo governo Lula teria sido uma contrapartida à militância petista pela acertada adoção de uma terapia clássica, monetária e fiscal, para manter a estabilização da economia. No campo comercial, o terceiro-mundismo se materializou na rejeição radical à proposta americana da Alca (Aliança de Livre Comércio das Américas) e aposta cega na Rodada de Doha, de liberalização do comércio mundial.

O Brasil perdeu a aposta - com a contribuição dos "aliados estratégicos" Argentina, China e Índia -, e precisaria compensar o tempo perdido, pelo fato de o mundo ter acelerado a assinatura de acordos comerciais bilaterais.

Mas tampouco fez isso. Ficou paralisado pelo vírus do terceiro-mundismo, refém da crise política e institucional da Argentina, cada vez mais protecionista contra as exportações brasileiras, e deixou-se levar pela onda de chavinização do Mercosul. Tudo conspira a favor da paralisia da diplomacia comercial, engessada pelo viés ideológico anacrônico do "diálogo Sul-Sul", algo que, no início do governo Dilma, parecia ser exorcizado. Ilusão, pois esta política externa se mostra tão forte quanto nos primeiros tempos de Lula.

É emblemático que a presidente Dilma tenha voado para Malabo, capital da Guiné Equatorial, típica ditadura africana, onde transcorreu a 3ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul-África (ASA). Se Lula conviveu sem problemas com o

"irmão" Kadafi e Mobuto, literalmente dono do Zaire, Dilma aparece ao lado de Teodoro Obiang, cujo filho, Teodorin, abandonou às pressas o carnaval baiano, depois de ter a prisão decretada pela Justiça francesa, devido à lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos de outros países.

Enquanto isso, Estados Unidos e União Europeia (UE), responsáveis por um terço das trocas comerciais no planeta, decidem acelerar as negociações para a assinatura de um acordo transatlântico. A produção somada das duas partes representa 47% do PIB mundial.

Dilma, na viagem, ressaltou que o comércio entre a América do Sul e a África, em 2011, de US\$ 39 bilhões, representou um crescimento de 447% em dez anos. Mas por que não explorar também os maiores mercados do mundo, como o americano? Se o acordo dos EUA com a UE for assinado, será um razoável baque para o Brasil, que tem uma pauta de exportação agropecuária concorrente da americana. Fechado o acordo, o Brasil perderá muito espaço na UE. E nenhum dólar africano compensará o prejuízo.

Ao lado disso, outro bloco recém-formado no continente, a Aliança do Pacífico (Chile, México, Peru, Colômbia) tende a se fortalecer por ter uma postura nada ideológica, flexível. Sendo que o México já faz parte do Nafta, com americanos e canadenses. Impressiona a passividade da diplomacia comercial brasileira. Deve enxergar uma realidade própria, só vista por ela.

Asiáticas miram mercado de tratores no Brasil. Carine Ferreira – Valor Econômico. 27/02/2013

James Yoo, da LS Mtron, quer uma fatia de 14% do mercado até 2017: "Podemos produzir 20 mil unidades em dez anos"

O bom momento do agronegócio brasileiro, com produção de grãos recorde, preços elevados para as principais commodities e boa rentabilidade dos produtores, tem atiçado o apetite de fabricantes estrangeiras de máquinas agrícolas, interessadas em abocanhar uma fatia de um mercado em forte expansão nos últimos anos: o de tratores de baixa potência voltados à agricultura familiar.

É o caso da indiana Mahindra, que está em processo de validação de sua produção na fábrica em Dois Irmãos (RS), para poder participar de programas governamentais como o Mais Alimentos e o Pró-trator (do governo paulista), que subsidiam a aquisição de máquinas por agricultores familiares. Há seis meses, a companhia anunciou investimentos da ordem de R\$ 100 milhões no país. A meta é montar cerca de cinco mil unidades anuais nos próximos anos. A produção nacional deve começar a ser vendida ainda neste ano.

Com uma produção global de 250 mil tratores por ano, a Mahindra é líder nesse segmento, afirma Eduard Roosli, CEO da Bramont, que representa a companhia no Brasil. A entrada no Brasil faz parte da estratégia de expansão do grupo, que também produz utilitários (caminhonetes, jipes e picapes) para a América Latina. "Nosso objetivo é alcançar entre 10 mil e 15 mil tratores por ano no Brasil no médio prazo", afirma Roosli.

A coreana LS Mtron também está de olho neste mercado de tratores de baixa potência. A empresa lança hoje a pedra fundamental de sua primeira fábrica no Brasil, em Garuva (SC).

A unidade deverá estar pronta em julho, com previsão de produzir 5 mil tratores por ano, que inicialmente devem ser comercializados no Sul e Sudeste do país. Com investimentos de cerca de US\$ 30 milhões, a empresa prevê faturar US\$ 20 milhões este ano com a venda de 600 unidades no país. Será a primeira fábrica fora do continente asiático - hoje existem unidades na Coreia do Sul e na China.

A estratégia é vender produtos com tecnologias avançadas a um custo competitivo e com mais especificações que os concorrentes. A divisão de tratores do grupo começa com uma pequena participação - de 2% a 3% - no mercado brasileiro, mas a meta é atingir cerca de 14% em 2017, segundo James Yoo, presidente da LS Mtron Brasil. "Podemos produzir 20 mil unidades no Brasil em dez anos".

Embora o foco inicial seja o mercado de tratores de 25 a 100 cavalos de potência, Yoo não descarta a incursão da companhia no mercado de máquinas maiores e mais potentes, demandadas por grandes produtores rurais e empresas. Para isso, a companhia estuda parceria com uma empresa que ainda não atua no Brasil.

Sobre esses aportes estrangeiros no país, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) crê que a competição é saudável, desde que em igualdade de condições, pondera Milton Rego, vice-presidente da entidade. Para ele, é importante rastrear a produção nacional efetiva para evitar que as empresas se restrinjam a montar equipamentos importados no país.

"A competição gera mais investimentos, pesquisa e desenvolvimento e inovação, o que não pode acontecer é importação", diz Rego. Hoje as importações das empresas associadas à Anfavea representam cerca de 3% do mercado - incluindo as não associadas, esse percentual não chega a 5%, segundo Rego. O dirigente também afirma que as novas marcas no mercado precisam convencer os produtores rurais que são confiáveis. O mercado nacional de tratores hoje é estimado entre 55 mil e 60 mil unidades por ano, sendo 45% de até 100 cavalos.

Além dos tratores, o mercado de implementos agrícolas também vem atraindo investimentos de empresas estrangeiras. A argentina Ombu prevê que este ano ou em 2014 começa a produzir em sua fábrica em Ijuí (RS). Deverão ser fabricados cerca de 200 equipamentos por ano. O investimento inicial foi de US\$ 6 milhões. Desde 2011, a produção de embutidores de grãos (silos-bolsa) e de carretas graneleiras é terceirizada no Brasil. A empresa entrou no país em 2010, com a comercialização de seus produtos por meio de revenda.

Organismos internacionais firmam acordo para apoiar a agricultura familiar no Mercosul – Site do MDA. 28/02/2013

Uma nova aliança para promover a agricultura familiar foi estabelecida nesta quinta-feira (28) pelos países do MERCOSUL e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Reunidos na capital chilena, membros da Reunião

Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF) e a FAO formalizaram aliança para apoiar agricultores familiares da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela. O setor gera mais de 70% do emprego na área agrícola na América Latina e Caribe.

Presente no evento, o atual coordenador da Reaf no Brasil e chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Francesco Pierri, salientou que a agricultura familiar poderia ser mais forte se tivesse tido um suporte maior. Entretanto, ele realça que o segmento tem tudo para crescer ainda mais com essa aliança. “Um setor que durante anos não foi assistido por políticas públicas e continua produzindo a maior parte dos alimentos da região, somente cabe imaginar o que pode ser produzido se recebesse o apoio necessário”, avaliou.

De acordo com a Reaf, 5,2 milhões de estabelecimentos de propriedade ou conduzidos por agricultores familiares nos países do bloco sulamericano. Estas propriedades aportam 38% do valor da produção agropecuária no Brasil, 30% no Uruguai, 25% no Chile, 20% no Paraguai e 19% na Argentina. Além disso, o organismo das Nações Unidas garante que agricultores familiares são pilares da segurança alimentar e nutricional, não somente para os países do Mercosul, mas também para região como um todo.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa